

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA - PPGSC

**AS RELAÇÕES ESCRAVISTAS NA HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO
NEGRA NO PIAUÍ**

Teresina-PI, 2025

NAIARA ROSA FELIX DE SOUSA

**AS RELAÇÕES ESCRAVISTAS NA HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO
NEGRA NO PIAUÍ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura da Universidade Estadual do Piauí como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima

Teresina-PI, 2025

S725r Sousa, Naiara Rosa Félix de.

As relações escravistas na historiografia da escravidão negra
no Piauí / Naiara Rosa Félix de Sousa. - 2025.
90f.: il.

Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação
Interdisciplinar em Sociedade e Cultura - PPGSC, Universidade
Estadual do Piauí, 2025.

"Orientação: Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima".

1. Escravidão. 2. Piauí. 3. Interdisciplinaridade. 4.
Historiografia. I. Lima, Solimar Oliveira . II. Título.

CDD 326.098 1

NAIARA ROSA FELIX DE SOUSA

**AS RELAÇÕES ESCRAVISTAS NA HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO
NEGRA NO PIAUÍ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura da Universidade Estadual do Piauí como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima

Aprovada por:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima (orientador)

Prof. Dr. Alcebíades Costa Filho

Prof. Dra. Francisca Raquel Costa

Teresina, 2025

Aquele que prometeu, é fiel para cumprir.

Para minha família.

AGRADECIMENTOS

Aqui expresso minha plena felicidade por concluir esse trabalho, são muitos os motivos e pessoas para agradecer, mas não diferente, começo agradecendo primeiramente a Deus, pois sem Ele nada seria possível, sempre que me encontrei desanimada Ele foi minha força, minha inspiração e meu sentido para seguir.

Agradeço imensamente ao meu orientador Dr. Solimar Oliveira Lima, que me guiou, ajudou e me deu todo o norte que precisei para seguir com essa pesquisa, pela sua paciência e disponibilidade. Professor, você é minha referência de profissional, pesquisador, escritor, ser humano, me sinto honrada em lhe ter como orientador, você foi fundamental em todo o processo.

Ao PPGSC, tendo à frente a professora e coordenadora Dra. Cristiana Costa, que sempre estava disponível para nos ajudar. A Socorrinha que nos deu suporte na secretaria do programa e foi nossa companheira diária. Aos professores: Dr. Alcebíades Costa, Dr. Bruno Melo, Dra. Lucineide Barros, Dra. Salânia Maria, Dr. Robson Carlos que tenho muita admiração, carinho e respeito, que tornaram nossos dias leves e cheios de conhecimentos.

A CAPES, pelo financiamento da pesquisa, que sem dúvidas foi fundamental e extremamente importante para sua realização.

A professora Dra. Raquel Costa, que também teve grande importância em minha pesquisa, me auxiliando com seus importantes apontamentos.

Agradeço a minha família que nunca mediu forças para me ajudar, minha mãe Livramento, que com toda certeza foi minha maior incentivadora, quem desde que saí da graduação sonhou com a realização desse momento, orou e torceu fielmente por mim, sendo um dos meus principais motivos para concretizar esse sonho. Meu pai Valdeci, meu exemplo de perseverança, sempre me apoiou e vibrou com minhas conquistas. Minha irmã Cristiani, minha melhor amiga, companheira e inspiração, que nunca me deixou ter dúvidas do seu apoio, sempre que precisei contar com sua ajuda estava disponível. Amo vocês e sempre estarei aqui por vocês.

Meu noivo Breno, por seu companheirismo e paciência durante todo o processo, me ouvindo, ajudando e diminuindo muitas vezes o peso do meu coração, sempre me lembrando que eu era capaz e o quanto acreditava em mim. Amo você.

Aos meus amigos e companheiros do mestrado, todos foram importantes nessa caminhada, mas em especial Luciana, Amara e Iramaira que nunca me deixaram desanimar, obrigada minhas amigas, vocês marcaram positivamente minha vida.

RESUMO

A historiografia sobre a escravidão no Piauí se desenvolveu a partir das contribuições de diversos pesquisadores, dividida em diferentes fases, refletindo as transformações metodológicas e teóricas dos estudos historiográficos na região. Inicialmente predominavam narrativas baseadas em relatos produzidos por viajantes que descreviam a escravidão a partir de uma perspectiva eurocêntrica, mas a partir do século XX, pesquisas acadêmicas começaram a se debruçar sobre a temática através de uma abordagem mais crítica. A presente dissertação tem como objetivo analisar as relações escravistas no Piauí, a partir de uma abordagem historiográfica que considerou as diferentes interpretações sobre o processo escravagista, tanto no meio rural quanto urbano no Piauí. Foi estruturada em dois capítulos e discutiu a construção da historiografia clássica sobre a escravidão, destacando os autores considerados pioneiros nos estudos do tema e os discursos predominantes que marcaram a compreensão inicial do fenômeno escravista, analisou também o que denominamos "nova historiografia", com ênfase na escravidão rural, explorando as especificidades da economia escravista baseada na pecuária e as dinâmicas sociais que caracterizaram o interior piauiense durante os séculos XVIII e XIX, por fim, analisou a escravidão urbana, buscando compreender as particularidades da vivência dos escravizados nas cidades piauienses. A pesquisa adota uma perspectiva interdisciplinar, dialogando com a história social, a antropologia e os estudos culturais, no intuito de oferecer uma compreensão mais ampla e crítica das experiências escravistas e das suas representações na produção intelectual regional.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão. Piauí. Interdisciplinaridade. Historiografia

ABSTRACT

The historiography of slavery in Piauí has developed through the contributions of various researchers, divided into different phases, reflecting the methodological and theoretical transformations of historiographic studies in the region. Initially, narratives were dominated by accounts produced by travelers who described slavery from a Eurocentric perspective. However, beginning in the 20th century, academic research began to address the topic using a more critical approach. This dissertation aims to analyze slave relations in Piauí from a historiographic perspective that considers different interpretations of the slave system, both in rural and urban settings. It is structured into two chapters. The first discusses the construction of classical historiography on slavery, highlighting the authors considered pioneers in the field and the dominant discourses that shaped the early understanding of the enslaved experience. The second chapter examines what is called the "new historiography," focusing on rural slavery, exploring the specificities of a slave-based economy centered on livestock farming, and the social dynamics that characterized the Piauí hinterlands during the 18th and 19th centuries. The final chapter analyzes urban slavery, seeking to understand the particularities of the enslaved experience in Piauí's cities. The research adopts an interdisciplinary perspective, engaging with social history, anthropology, and cultural studies in order to provide a broader and more critical understanding of enslaved experiences and their representations in regional intellectual production.

KEYWORDS: Slavery. Piauí. Interdisciplinarity. Historiography.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2. AS RELAÇÕES ESCRAVISTAS SOB A VISÃO DA HISTORIOGRAFIA CLÁSSICA	30
2.1. DISCURSOS ACERCA DA ESCRAVIDÃO NO PIAUÍ.....	31
2.2. A HISTORIOGRAFIA E A VISÃO DO MUNDO RURAL.....	53
2.2.1. A INSERÇÃO DA MÃO DE OBRA ESCRAVA NO PIAUÍ.....	54
2.3. AS RELAÇÕES ESCRAVISTAS.....	56
3. A NOVA HISTORIOGRAFIA E A VISÃO DO MUNDO URBANO.....	64
3.1 - TALYTA SOUSA: AS VIVÊNCIAS URBANAS E A SUBJETIVIDADE NEGRA EM TERESINA.....	68
3.2 CULTURA NEGRA SOB VIGILÂNCIA: A ESCRAVIDÃO URBANA EM TERESINA NA LEITURA DE MAIRTON CELESTINO DA SILVA.....	75
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	85

1. INTRODUÇÃO

Durante três longos séculos, a partir do século XVI, a escravidão negra no Brasil, tornou-se a principal mão de obra e força de trabalho, sendo interrompida apenas no final do século XIX. Os debates historiográficos acerca da temática se tornaram motivo para produções acadêmicas, em todo Brasil, pois a necessidade de conhecer e entender como funcionava esse sistema e as raízes de sua implantação se configurou como essencial na historiografia brasileira.

Os estudos acerca da escravidão têm se transformado profundamente ao longo do tempo, acompanhando os avanços metodológicos e teóricos da historiografia, inicialmente marcado por uma visão limitada, muitas vezes eurocêntrica e economicista. Mas, o campo historiográfico expandiu-se, passando a incorporar múltiplas perspectivas que reconhecem a complexidade das experiências e relações escravistas, e a centralidade da população negra na construção das identidades sociais, essa ampliação de horizontes deve-se, em grande parte, à adoção de uma abordagem interdisciplinar, que permitiu uma ampliação do olhar histórico por meio do diálogo com outras áreas do conhecimento. A interdisciplinaridade permitiu que o processo escravagista seja analisado não apenas como um sistema econômico, mas também como um fenômeno social, político, jurídico, cultural e psicológico. A colaboração com disciplinas como a Sociologia, a Antropologia, Estudos Culturais possibilitou o acesso a novas formas de pensar, fontes e interpretações, como as resistências cotidianas, os significados simbólicos da violência, os mecanismos de racialização, a memória coletiva e a representação da escravidão nos discursos, ao integrar esses diferentes campos do saber, o estudo historiográfico acerca da escravidão ganhou densidade, permitindo a construção de narrativas desenraizadas de mitos e tendências. Essa abordagem contribuiu também para uma construção histórica crítica, que reconhece os legados da escravidão na sociedade contemporânea e os desafios ainda presentes em relação ao racismo estrutural e às desigualdades, diante disso, o uso da interdisciplinaridade tem se mostrado essencial para compreender processos em suas múltiplas dimensões, destacando sua importância na formação de uma consciência histórica plural.

A historiografia acerca da escravidão no Brasil, segundo Palermo (2017), Chalhoub (1990), foi dividida em três tendências, cujas características foram principalmente moldadas devido as transformações significativas nas abordagens

teóricas, metodológicas e interpretativas, as quais podem ser notadas ao serem comparadas. Segundo Rafael Marquese (2013), o aumento desses estudos se devia às alterações das condições políticas imediatas que haviam impulsionado as discussões nas décadas de 1950 e 1960 e, também, da própria mudança do ambiente historiográfico.

A primeira tendência foi marcada por Casa-grande & Senzala de Gilberto Freyre (1933), que buscou explicar o processo escravagista a partir da concepção de uma sociedade paternalista, na qual as relações sociais e pessoais ganhavam importância, para Freyre, a miscigenação tinha como função corrigir o distanciamento social existente, onde também posicionou a escravidão como um ponto central para se compreender o povo e a história do Brasil. Seguindo, de acordo com Slenes (1999, p. 29), a visão do abolicionista Joaquim Nabuco, argumentou que a escravidão foi o problema basilar da formação do Brasil, sua tese enfatizou a contribuição da cultura africana em nossa formação e discutiu fortemente o pensamento racista que imperava na produção brasileira da época (cf. SILVA, 2000). Freyre em sua visão considera o negro cativo como um agente histórico passivo, ou seja, que de certo modo acomodou-se ao sistema, conformando-se com sua situação e posição social, no entanto, analisou a escravidão no Brasil como um sistema que ultrapassava a simples relação de exploração econômica, destacando sua influência na estrutura social, nos costumes e na formação da identidade brasileira, para o autor a escravidão patriarcal no Brasil teria sido mais branda em comparação com outros contextos, como por exemplo dos EUA: "No Brasil, a escravidão assumiu aspectos diferentes do regime puramente econômico e cruel de outras regiões. Aqui, ela teve um caráter mais doméstico, mais íntimo" (FREYRE, 2006, p. 287). Devido à proximidade entre senhores e escravizados no ambiente doméstico, essa convivência, segundo Freyre, teria permitido a miscigenação e a criação de uma cultura mestiça, onde os costumes africanos e indígenas se misturaram aos europeus.

"O escravo de ganho, ambulante, barqueiro, carregador, quitandeiro, era o negro de mais ampla liberdade. Por mais vigiado que fosse, dificilmente deixaria de gozar de uma relativa independência, em comparação com o negro da lavoura, preso a uma só fazenda e a um só senhor." (FREYRE, 2006, p. 385).

Freyre diferencia o escravizado urbano do escravizado rural, argumentando que aqueles que trabalhavam nas cidades tinham mais liberdade de movimentação e autonomia para negociar seus serviços, o que influenciava na dinâmica social e na própria transição da escravidão para o trabalho livre, essa afirmação também encontraremos

enraizada nos primeiros estudos acerca da escravidão no Piauí.

Dentro desse contexto, Gilberto Freyre também enfrentou questionamentos, uma vez que a representação suave das relações entre senhores e escravos, assim como a submissão dócil dos escravos retratados em "Casa Grande & Senzala", foi contrastada com a imagem do escravo que negociava, ou seja, aquele que, ao cumprir ordens, buscava os benefícios decorrentes da conquista da benevolência do senhor.

A segunda tendência é marcada pela Escola Paulista que tinha como protagonista Florestan Fernandes, mas também composta por: Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Emília Viotti da Costa, com influência de Caio Prado Júnior, ou, pelo menos, contendo em seus trabalhos preocupações similares a este pesquisador (cf. VAINFAS, 1999, p. 9) onde contrariava também as concepções de Gilberto Freyre. A descontinuação com a abordagem teórico-metodológica, emergiu após os anos 60, quando os sociólogos da Universidade de São Paulo (USP) começaram a adotar uma perspectiva diferente em relação à escravidão, considerando a coerção e a repressão como a principal forma de controle social dos escravizados, desvelando a violência presente e acreditando que o escravizado era caracterizado pelas elites políticas e econômicas locais como não-homem/humano diante de um sistema imposto e baseado na mão de obra escravista. Segundo Suely Robles de Queiróz: “[...] A Escola Paulista trouxe à tona uma nova concepção que revitalizou os estudos sobre a escravidão negra, originando também uma nova corrente historiográfica, que se opôs frontalmente às ideias de Gilberto Freyre” (QUEIRÓZ, 1998, p. 105). Havia também o questionamento da tentativa de defesa de relações amenas e benevolentes empregadas por Freyre na análise da estrutura escravista da sociedade brasileira, e subalternizando as condições desfavoráveis de vida que possuíam os escravos brasileiros.

A postura assumida pela Escola Paulista optou por se aproximar da abordagem de Caio Prado Júnior, enquanto se distanciava consideravelmente da abordagem seguida por Freyre. A obra “A formação do Brasil Contemporâneo” (1942) de Caio Prado, caracteriza uma nova tendência da historiografia acerca da escravidão no Brasil, o autor buscou basear suas concepções por meio do materialismo histórico, e assim, ao adotar esses princípios como base para a análise das interações sociais, tornou-se viável a identificação e exploração das classes sociais como elementos de análise fundamentais: primeiramente a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo, estrutura que apareceu configurada e subordinada pela lógica do capital mercantil (PRADO JR, 1996: 19). Prado aponta que Freyre não explicou a escravidão dentro do contexto econômico

colonial, para ele a sociedade brasileira foi estruturada a partir de uma lógica puramente mercantilista e voltada para a exportação, e a escravidão foi uma peça fundamental desse modelo econômico, ele critica a ênfase na suposta “harmonia” das relações entre senhores e escravizados, pois isso ignoraria o caráter violento da escravidão como um sistema de exploração econômica. A crítica de Caio Prado sobre Freyre se concentra na necessidade de compreender a escravidão a partir de sua base econômica, e não apenas cultural, enquanto Freyre via a miscigenação e a influência africana como aspectos centrais da formação do Brasil, Prado afirmava que o país foi estruturado para atender aos interesses do mercado externo e que a escravidão foi um elemento essencial desse sistema.

As críticas às obras de Freyre, apontavam que “[...] teria reduzido o Brasil a uma civilização moldada pela convergência cultural, pela democracia racial, e pela ênfase na família patriarcal como unidade estruturadora da sociedade” (FALCÃO, 2001, p. 159). As principais críticas vieram de vários estudiosos entre eles historiadores, sociólogos e antropólogos que apontaram problemas na visão freyriana da escravidão como um sistema patriarcal e supostamente mais brando, como também na sua abordagem sobre a miscigenação.

Florestan Fernandes, em “A Integração do Negro na Sociedade de Classes (1964)”, refuta essa ideia, argumentando que a desigualdade racial no Brasil continuou existindo após a abolição da escravidão, apenas de forma mais sutil, para ele, o mito da democracia racial serviu para mascarar o racismo estrutural e impedir avanços reais para a população negra. Jacob Gorender também é um dos autores que rejeita as teses de Freyre, fazendo parte de uma corrente marxista estruturalista, construiu e apoiou a verdadeira face do sistema escravista rígido, no qual os escravizados não conseguiam negociar e muito menos ter um espaço de autonomia.

Seguindo os princípios dessa corrente historiográfica, com variações específicas para cada um, os estudos de Kátia Mattoso, João José Reis e Silvia Hunold Lara, nomeadamente “Ser escravo no Brasil”, “Rebelião escrava no Brasil” e “Campos da violência”, respectivamente, são exemplos que se alinham a essas perspectivas, afastando-se de visões tradicionais que enfatizavam as relações harmônicas entre senhores e escravizados, oferecendo novas perspectivas sobre suas experiências, formas de resistência e a violência inerente ao sistema escravista. “Rebelião escrava no Brasil (1986)”, traz uma abordagem centralizando o papel da resistência e da organização dos escravizados, demonstrando como os escravizados islâmicos, conhecidos como malês, articularam um levante contra a ordem escravista, evidenciando o caráter político e

consciente da resistência negra, Reis refuta interpretações que reduziam a rebelião a um simples levante desorganizado e enfatiza a influência das redes de sociabilidade e das conexões internacionais, mostrando que os escravizados não eram meros agentes passivos, mas indivíduos que lutavam ativamente por sua liberdade. “Ser escravo no Brasil (1982), busca reconstruir a experiência do cativo a partir de uma abordagem social e cultural, investigando o cotidiano da escravidão e a visão do próprio escravizado sobre sua condição, a autora demonstra as diferentes trajetórias dentro do processo escravagista, demonstrando que havia tanto sofrimentos e limitações quanto estratégias de resistência e tentativas de autonomia, como a compra da alforria, a formação de laços familiares e redes de solidariedade, desvelando ainda a complexidade do sistema escravista, que variava conforme a região e o tipo de trabalho exercido, desmistificando a ideia de uma única experiência escrava. “Campos da violência (1988)” destaca o papel da violência como principal ferramenta para a manutenção do sistema escravista demonstrando os mecanismos jurídicos e institucionais que sustentavam a escravidão, como os castigos físicos e o controle social exercido pelos senhores e pelo Estado, autora discute as formas de resistência dos escravizados, mostrando que mesmo diante da brutalidade da escravidão, havia espaços para a contestação e para a construção de identidades próprias. Os autores abriram caminhos para outros pesquisadores como Celso Furtado, Fernando Novais, Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender, que buscavam a compreensão do sentido da colonização.

A Escola Paulista adotava uma perspectiva econômica em sua análise, baseando-se na premissa de que a produção em larga escala destinada à exportação demandava a utilização de trabalho forçado. Para garantir a execução desse trabalho a “coerção e repressão seriam as principais formas de controle social do escravo”. Autores como João José Reis e Katia Mattoso se apoiavam na ideia de que a lei poderia garantir os direitos tanto dos senhores como dos escravizados, fazendo com que surgisse um acordo entre ambas as partes. Devido ao processo de resistência, ao reconhecer a capacidade de atuação e constituição de laços de solidariedade, os senhores procuravam maneiras de melhorar suas relações com os escravizados, pois o Estado como a sociedade tinha o papel de observação e vigilância para manter o sistema escravista em funcionamento.

A historiografia sobre a escravidão durante a década de 1980 demonstrou uma considerável preocupação em destacar as discrepâncias e as inovações presentes nessa nova abordagem histórica em comparação à perspectiva "tradicional" que predominava nas décadas de 1960 e 1970, os autores que analisaram essa mudança ao enfatizarem as

disparidades entre a abordagem anterior e a subsequente aos anos 80, frequentemente usaram termos e definições que acabaram generalizando o que poderia ser considerada a tendência historiográfica das décadas de 1960 e 1970. Segundo Marquese (2013), essa fase da historiografia desempenhou um papel significativo ao se aproximar dos cativos, gerando conhecimento que voltou o olhar para os escravizados e permitiu uma valorização das suas vivências, além disso, essa abordagem enalteceu as experiências dos senhores e dos indivíduos livres de baixa condição no Brasil, resultando em novos conhecimentos. Outra questão posta pelo autor é propor repensar como a historiografia lidou com o capitalismo nos últimos tempos, propõe que devemos inserir a referência do capitalismo histórico dentro das pesquisas acerca da escravidão no Brasil “[...] não estou afirmando que a economia-mundo capitalista determinou o que foi a escravidão negra nas Américas, mas sim que a formou, tal como, reversivamente, a escravidão negra formou essa economia-mundo” (MARQUESE, 2013, p. 251).

A terceira tendência se encontra no período que caracteriza os anos pós 1980, abriu o debate sobre a sociedade escravista brasileira, onde passou por uma série de mudanças substanciais, baseado em duas concepções principais: consenso/contratualidade e violência e coisificação social. A concepção de consenso/contratualidade tem seus fundamentos baseados em E.P. Thompson e Eugene Genovese que ressignificam o conceito de violência, no qual há um espaço de autonomia que permite que o escravizado negocie um cotidiano mais brando, portanto, o escravizado oscilava entre um processo de negociação e acomodação ao sistema, mas, ao mesmo tempo, resistindo e burlando as normas. Essa dinâmica escravista assumia um caráter consensual e negava o fato do escravizado se reconhecer como não homem (coisificação). A aplicação da teoria na sociedade escravista, feita por Genovese, reitera que em vários momentos que os cativos foram tidos como força ativa parcialmente autônoma. Thompson, em sua análise das relações de classe na Inglaterra, trazia que a lei e as instituições não eram meros instrumentos de dominação das elites, mas também podiam ser usadas pelos oprimidos para defender seus interesses já Genovese, ao estudar a escravidão nos Estados Unidos, aplica essa ideia no contexto sugerindo que os senhores e escravizados estabeleciam um "paternalismo negociado", no qual os escravizados, apesar de subjugados, conseguiam obter certas concessões ao demonstrar lealdade ou ao resistir de forma sutil. Nessa perspectiva, a escravidão não era apenas um sistema de dominação absoluta, mas um campo de tensões e negociações, onde os escravizados mesmo em condições extremas, encontravam brechas para afirmar sua identidade e

garantir melhorias em seu cotidiano, essa abordagem ressalta a complexidade das relações escravistas, mostrando que a resistência e a acomodação coexistiam, e que os escravos não objetos, mas sujeitos capazes de influenciar, mesmo que limitadamente, as dinâmicas de poder.

Os debates historiográficos sobre a escravidão no Brasil sempre foram constituídos de convergências e divergências, dentro dessa abordagem, a temática da escravidão tem mantido uma presença constante em pesquisas acadêmicas, evidenciando o vigor do tema e, especialmente, a importância de compreender a construção da sociedade brasileira, mesmo em regiões que há reduzidas pesquisas sobre o tema, assim como o caso do Piauí, no entanto há um avanço significativo desde a publicação dos primeiros trabalhos de autores que se dedicaram a escrever sobre a instituição escravista e abordar a temática que foi permeada de controvérsias e desqualificação do tema que deriva de posição ideológica.

2.1 A ESCRAVIDÃO NO PIAUÍ: REFLEXÕES E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO HISTORIOGRÁFICA

A historiografia do Piauí foi dividida em dois momentos, a primeira denominada Historiografia Clássica, onde apresenta-se os primeiros pesquisadores que se dedicaram a escrever sobre a temática da escravidão e estabeleceram fundamentos da discussão sobre as relações escravistas na formação social do Piauí, suas análises são voltadas para o meio rural e revelaram a predominância da violência na forma de controle e punição dos escravizados (essa primeira fase é marcada por pesquisas acadêmicas e “não acadêmicas”, ou seja, algumas delas são frutos de pesquisas de mestrado, doutorado, apresentadas em programas de pós graduação e outras são textos publicados por estudiosos que se interessavam pela temática do Piauí). A segunda perspectiva, denominada Nova Historiografia, possui produções mais recentes oriundas de programas de pós-graduação trouxeram análises das relações escravistas, tanto no espaço rural como no espaço urbano e revela uma realidade mais complexa, na qual o Piauí desempenhou um papel ativo no sistema escravista. Essa reinterpretação muda a compreensão do passado e contribui para o debate sobre as heranças da escravidão na sociedade piauiense.

No Piauí esses estudos sobre escravidão iniciaram-se por volta dos anos 1950, que se alinha a um processo de ampliação do debate em contexto nacional, os estudos no Piauí possibilitaram uma visão através de duas tendências: em um primeiro momento na

defesa das relações paternalistas e posteriormente na defesa das relações determinadas pela violência. Ao longo do tempo, a interpretação desse processo histórico passou por significativas transformações, refletindo as mudanças nas abordagens historiográficas. Abaixo apresentamos um quadro onde podemos perceber as principais diferenças entre esses dois momentos da historiografia.

Quadro 1 - Comparativo entre Vertentes Historiográficas da Escravidão no Piauí

ASPECTOS	HISTÓRIOGRAFIA CLÁSSICA	NOVA HISTÓRIOGRAFIA
ENFOQUE CENTRAL	Harmonia e convivência entre senhores e escravizados	Conflito, violência, resistência e agência dos escravizados
INTERPRETAÇÃO DA ESCRAVIDÃO	Sistema paternalista e menos violento	Sistema estruturalmente violento, fundado na exploração física, psicológica e simbólica dos cativos
FONTES UTILIZADAS	Documentos oficiais, crônicas, relatos de viajantes, interpretações ideológicas	Fontes primárias diversas (inventários, processos, jornais, registros eclesiásticos, relatos de escravizados)
POSIÇÃO DOS SUJEITOS ESCRAVIZADOS	Passivos ou submissos; pouco espaço para vozes negras	Ativos, com estratégias de resistência, negociação e sobrevivência
OBJETIVO POLÍTICO-IDEOLÓGICO	Conciliar o passado escravista com uma identidade nacional pacífica	Reconstituir a memória histórica a partir de múltiplas vozes, especialmente as silenciadas

Fonte: Elaboração interpretativa da autora

Enquanto parte da historiografia clássica tendia a enfatizar a marginalidade do Piauí no contexto do sistema escravista nacional, a nova historiografia, baseada em pesquisas mais recentes revelam uma realidade mais complexa e dinâmica, destacando a participação ativa do Piauí na economia e as particularidades locais do regime escravista. Na historiografia clássica, o Piauí era frequentemente retratado como uma região em que o processo escravista teria sido ameno, essa visão estava associada à ideia de que a economia piauiense, baseada principalmente na pecuária, não demandava muitos escravizados, já que a criação de gado era considerada uma atividade menos dependente de mão de obra em comparação com a agricultura, além disso, a imagem do Piauí como uma área de fronteira, com pouca densidade populacional e distante dos grandes centros econômicos do país, reforçava a percepção de que a escravidão teria sido menos intensa

e menos violenta do que em outras regiões com a predominância de relações sociais paternalistas, sugerindo uma escravidão mais branda e menos central para a economia local.

Porém, essas narrativas, com o desenvolvimento de pesquisas mais recentes, estão sendo desconstruídas, pois há evidências e comprovações documentais de que a escravidão no Piauí foi baseada em um sistema violento e opressor, pois embora a pecuária fosse a atividade econômica predominante, ela não excluía o uso de mão de obra escravizada, muito pelo contrário, os escravizados eram mão de obra essencial para as fazendas de gado, desempenhando diversas funções como vaqueiros, tratadores de animais e trabalhadores nas roças. Segundo a pesquisadora Teresinha Queiroz (2023), o Piauí também participou do tráfico interprovincial de escravizados, comprando cativos de outras regiões, especialmente do Nordeste açucareiro, para suprir a demanda por trabalhadores, esse comércio revela que a região estava integrada às redes nacionais de exploração escravista.

A exemplo da historiografia clássica temos Odilon Nunes, um dos primeiros historiadores a escrever sobre a instituição escravista, em 1966 publicou a primeira versão de “Pesquisas para História do Piauí”, defensor de uma visão paternalista, de relações benevolente entre senhor e escravizado e precursor de uma escravidão branda, buscava negar a violência e minimizar a presença dos escravizados, Nunes afirmava que o trabalho nas fazendas não exigia grandes esforços, por isso os senhores sentiam pouca necessidade da utilização da violência e aplicação dos castigos, e quando havia, eram “motivados pelos próprios escravizados”. A pesquisa de Odilon Nunes, projeta uma imagem negativa e uma existência minimizada dos escravizados, onde eles carregam a culpa pelo atraso moral e econômico da província piauiense.

Seguindo a visão de Odilon Nunes, posteriormente a publicação de suas pesquisas, Monsenhor Chaves em “A escravidão no Piauí”¹, dividiu o regime escravagista em duas fases: a primeira era fortemente marcada pelo uso da violência, já na segunda houve todo um cuidado no tratamento dos escravizados, porém, o próprio autor dispensa a totalidade desses bons tratamentos afirmando que ainda houve muitos castigos, que seriam um dos principais motivos para as fugas. A justificativa para se afirmar a “escravidão branda” na segunda fase, se dava pelo fim do tráfico negreiro em 1850, assim como Odilon Nunes, Chaves busca afirmar a bondade senhorial, e reiterar que os negros

¹ (CHAVES, J. R. F. Obra completa. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998).

escravizados abusavam dessa bondade, tomando posturas inadequadas. Monsenhor Chaves, aponta a boa postura da sociedade, onde havia uma civilização e os mesmos se contrapunha ao uso excessivo da violência, havendo um limite permitido.

Fruto de produção acadêmica, uma das primeiras obras, apesar de não trazer o foco principal para as relações escravistas: “Piauí Colonial” (1985), desenvolvida por Luiz Mott, retomou a questão de o trabalho escravo ser “escasso”, o autor nega essa afirmação, ressaltando que apesar de existirem os trabalhadores livres e indígenas, a mão de obra negra se fazia mais presente. Exemplo de resistência, Mott apresenta uma carta escrita pela escravizada Esperança Garcia, escrita em 1770, residia em Oeiras, primeira capital do Piauí. Na carta Esperança Garcia direcionou-se ao governador da Capitania, e denunciou os maus tratos sofridos por ela e seus filhos, além da denúncia ela reivindicava retornar ao antigo local que vivia com sua família. A partir de sua carta se podia perceber a violência presente, faltando apenas desvelar sua intensidade.

A partir dos anos de 1995, as pesquisas fruto da conclusão da pós-graduação, consideradas essenciais para o entendimento das relações escravista, apresentam uma nova face do sistema escravista. Miridam Falci em “Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais” (1995), volta o olhar para as relações escravistas e a proximidade entre as classes senhor e escravizados, sendo o batizado e o compadrio entre ambos um exemplo disso, fortalecendo o consenso e a contratualidade que se deslocavam para além do espaço produtivo, tanto no espaço público, como no espaço privado. Segundo a autora, esse ato de apadrinhamento no Piauí por parte do senhor, dono do escravizado quase não existiam, quando ocorriam se houvesse divergência na escolha do padrinho, a escolha do senhor predominaria. O apadrinhamento descrito pela autora reforça uma ideia que escravizados e senhores dividindo o mesmo espaço, convivendo sem conflitos e harmoniosamente principalmente nas fazendas nacionais, onde afirmava que nesses espaços a jornada de trabalho era menos árdua, e assim se reproduzia a escravidão amena no Piauí.

A pesquisa de Tanya Brandão “O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII” (1999) deu continuidade ao analisar o trabalho escravo nas fazendas, ressaltando que a lida diária não estava totalmente centrada na pecuária, mas nos duros trabalhos secundários, a autora enfatiza a participação do escravizado nas atividades do campo, além de executar o trabalho braçal, ele também servia como objeto de ostentação para seu senhor, uma demonstração de status social, a autora também deslocou o olhar para a diferenciação do cativo público e privado,

demonstrando que nos cativeiros privados a violência se fazia mais frequente pelo fato dos senhores estarem sempre presente, monitorando o trabalho realizado, já os escravizados públicos administrados pela coroa ou pelos jesuítas, desfrutavam de uma pouca liberdade.

Uma das primeiras obras a trazer uma visão diferente e desvelar a violência dominante nas fazendas públicas, contrário ao sistema paternalista: Solimar Oliveira Lima em “Braço Forte” (2005) apresenta as condições dos trabalhadores escravizados nas Fazendas Públicas, destacando a importância da mão de obra escrava para a economia e a dominação e exploração dos trabalhadores. Segundo o autor, as fazendas publicas se estruturaram e se organizaram em uma produção que desenvolvia diversas atividades produtivas com o intuito de comercializa-las, no entanto, essa estrutura produtiva se sustentava exclusivamente na mão de obra dos trabalhadores escravizados, pois a mesma era indispensável em todas as atividades desenvolvidas dentro das fazendas. Solimar também se contrapôs a ideia de que nas fazendas nacionais a fiscalização era frouxa e que os trabalhadores se acomodavam a leve jornada de trabalho. Através das denúncias e queixas dos trabalhadores escravizados a conduta dos administradores das fazendas se fazia notar a violência e castigos severos, essa prática da violência se “explicaria” pelo controle por parte dos administradores para manter a estabilidade das relações escravistas. O sistema de quarta descrito pelo autor também servia como uma forma de controle psicológico servindo como forma de disciplina.

Segundo o historiador Solimar Oliveira Lima, é importante ressaltar o rompimento da visão de que as fazendas pastoris eram espaço exclusivo de criação de gado, pois a existência de fazendas de caráter monoprodutiva foram poucas. Houve uma mudança no panorama produtivo do século XVIII, pois a instalação da casa senhorial gerou melhorias nas produções e na montagem de uma base para produção de alimentos: A boa fazenda, no contexto da primeira metade do século mencionado, era aquela que possuía reses, trabalhadores e o necessário para o abastecimento de seus habitantes, marcando o início da agricultura de subsistência. No entanto, esse desenvolvimento não se concretizava de forma uniforme em todo o território, visto que, em algumas regiões, sequer existiam terras para o cultivo de mandioca, conhecido como "terras para farinha"²

Portanto, ainda no século XVIII, a agricultura de subsistência ganhava espaço, criando uma dualidade no modo de produção, as fazendas e o sítio, na maioria das vezes voltada para o consumo interno, mas com o excedente, formaram um mercado local, já

² LIMA, Solimar Oliveira. Fazenda: Pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista (séc. XVII- séc. XIX). Teresina: EDUFPI, 2016.

na metade do século XIX, constituindo uma transição de agricultura de subsistência para agricultura mercantil. Isso nos mostra que o trabalho escravo era exercido não exclusivamente para a produção e o manejo do gado (mesmo considerado como principal atividade econômica), mas também contribuiu para a agricultura que se manteve por um bom tempo como atividade secundária.

A historiografia clássica que estabeleceu base para os debates acerca das relações escravistas na formação social piauiense, apesar das nuances teórico-metodológicas e das diferentes perspectivas analíticas, convergiram ao destacar o cenário rural, porém, o entendimento sobre o mundo rural e as fazendas pastoris escravistas no Piauí alcançou um nível de consolidação significativo, mas abriu espaço para novos historiadores no intuito de intensificar esses debates e retomar as relações escravistas.

Deslocando o olhar do espaço rural, o estudo “Batuque na rua dos Negros” (2008), que se origina de dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, Mairton Celestino, traz discussões no espaço urbano, com base nos documentos dos relatórios dos chefes de polícia e da Secretária de Polícia, em um primeiro momento toma como foco a mudança da capital onde seria a cidade de Teresina, para se entender as relações sociais, e os conflitos que se estabeleciam pelo declínio do sistema escravista e das manifestações negras e apresenta os batuques como sendo mais do que uma manifestação artística, mas um ato de preservação das tradições africanas e uma forma de resistência à opressão escravista e ao apagamento cultural. A “Rua dos Negros”, nesse sentido, torna-se um símbolo de resistência e sobrevivência, onde os escravizados e libertos podiam se reconectar com suas raízes e fortalecer seus laços comunitários, são através das sociabilidades que o autor identifica a resistência como uma forma de adaptação e negociação. Nesse cenário é inserido o aparato policial para barrar as manifestações dos negros escravizados como os batuques que eram vistos como desordem tanto pela população, como pelas autoridades, mas era uma tentativa de os negros escravizados manterem seus costumes e fortalecerem seus laços, o autor resgata a importância dos batuques na formação da identidade nacional, destacando o papel central da cultura afro-brasileira na história do Brasil.

Na obra “Escravidão e conflitos” dissertação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Piauí (2009) de Francisca Raquel, a autora estudou e apresentou as principais formas de resistência tanto dentro dos espaços públicos como nos privados no contexto do século XIX, utilizando fontes retiradas do Arquivo Público do Estado do Piauí, dos Fundos do Poder Judiciário e Executivo do

período delimitado, para apresentar as formas de resistência dos escravizados, que iam desde fugas e formação de quilombos até atos cotidianos de desobediência onde desafiavam o sistema escravista e demonstravam luta pela liberdade. A autora destaca que as manifestações eram tidas como atos de rebeldia pelas autoridades e senhores, pois desobedecer às regras e se rebelar contra o sistema imposto atrapalhava o suposto processo civilizatório, pois havia o desejo da formação de uma imagem de uma sociedade afável e civilizada, que deveria viver de acordo com as normas impostas. As fugas eram consideradas a principal forma de resistência e eram registradas constantemente, a partir desses registros é desvelada a violência, principalmente pelo aspecto físico que se encontravam os trabalhadores escravizados:

Podemos fazer duas leituras a partir das descrições encontradas nas fontes consultadas: se, por um lado, as cicatrizes e marcas de relhos nos escravos significavam a violência do sistema escravista no Piauí; por outro, eram sinônimo de resistência desses trabalhadores escravizados, isto é, quanto mais resistiam, mais apresentavam cicatrizes que simbolizavam os atos de resistência (COSTA, 2009, p. 19).

A autora destaca a violência física e psicológica como a principal forma de controle dos trabalhadores escravizados nos espaços privados, os senhores possuindo incapacidade para lidar com algumas situações, acionavam a polícia para punir com castigos, como forma de reafirmar sua autoridade e poder e afirmar a submissão do escravizado no sistema. A autora também analisa as pequenas formas de resistência inseridas no cotidiano durante o trabalho, ressalta a vivência de homens e mulheres escravizadas e suas sociabilidades.

As pesquisas buscavam também mostrar as vivências e as experiências dos negros escravizados, principalmente no espaço urbano, assim como enfatizou Talyta Sousa, em “Filhos do sol do Equador: as vivências e experiências cotidianas de trabalhadores negros na sociedade teresinense no final do século XIX” dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Piauí (2012), com foco na cidade de Teresina, ela analisa os espaços de sociabilidades festivas e lúdicas da população escravizada, destacando o cotidiano da população negra e suas estratégias partindo da reflexão sobre o trabalho e lazer e as estratégias da “inclusão social e cultural”. A autora apresentou as festas sacro-profanas da irmandade de São Benedito, nas quais se criavam espaços de inserção entre sociedade e escravizados.

Débora Soares, em sua pesquisa: “(In) Justiça no sertão: escravidão, processos crimes e o aparato judicial no Piauí (1850-188)” produzida no Programas de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí em 2013, defende a tese de que os escravizados tinham acesso à Justiça em busca de proteção e que o Estado poderia responder de forma positiva, no entanto, ao finalizar sua análise, ela sugere, ainda que de forma implícita, que a Justiça piauiense seguia caminhos complexos e contraditórios. A autora destaca os esforços das autoridades para impor o que chama de “império da lei”, visando disciplinar a sociedade e confrontar os poderes privados dos senhores de escravos, porém a histórica ausência do Estado permitia que os senhores ditassem as regras das relações sociais. A tentativa de consolidar o poder estatal através de um aparato institucional que garantisse direitos em uma nova ordem social exigia romper com a barbárie da escravidão, a ideia de uma sociedade civilizada pressupunha uma classe dominante submetida às normas e a transição para o trabalho livre e assalariado, contudo, a obra revela a face perversa de uma Justiça que, embora formalmente acessível, perpetuava a opressão e o controle sobre os escravizados, especialmente nos últimos anos da escravidão.

A publicação de Genimar Machado (2013) intitulada “Construtores e aprendizes: cativos da nação e educandos artífices nas obras públicas da construção de Teresina (1850-1873)” do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Piauí, analisa o processo de inserção dos escravizados nos serviços e trabalho para a construção da nova capital (Teresina), onde os mesmos eram submetidos a exploração demasiada, por esse motivo os escravizados encontravam modos de resistir que acarretavam uma série de problemas para o andamento das construções.

No mesmo ano (2013) Deborah Gonçalves publicou “Arranjos de sobrevivência: relações familiares entre escravos no sertão do Piauí (São Raimundo Nonato, 1871-188)”, sua dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Piauí, apresenta uma visão fora da capital de Teresina, baseada em especificidades locais ampliando o entendimento sobre o tema através da abordagem das relações escravistas na sociedade piauiense no contexto da historiografia nacional. A autora, influenciada pelos discursos da convivência harmoniosa dentro do sistema escravista, explora as experiências cotidianas enfatizando as relações familiares como estratégia de sobrevivência e resistência. O cenário descrito revela a predominância de famílias matrifocais (compostas por mães e filhos), embora também existissem alguns casais formalizados pelo rito católico ou por união consensual, parentesco ritual, como o

compadrio que ocorria tanto com pessoas livres quanto com outros escravizados. Para a autora, esses vínculos tinham como objetivo construir e manter redes de convivência, sobrevivência e solidariedade, a proximidade cotidiana entre senhores e escravizados, bem como a vida regrada e cheia de privações para ambos, não escondia os limites das expectativas nem o significado das relações que podiam ser estabelecidas por uma pequena parcela dos escravizados, essas experiências, no entanto, eram individuais e não se aplicavam à maioria dos escravizados, mesmo em uma pequena vila como São Raimundo Nonato, no sudeste do Piauí.

No ano de 2016, Mairton Celestino, publica sua tese de doutorado na do Programa de Pós-Graduação na Universidade Federal de Pernambuco, intitulada: "Um caminho para o Estado do Brasil: Colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800", de modo geral, analisou a formação e o desenvolvimento do Estado do Maranhão e Piauí no período colonial, entre os séculos XVII e XVIII, abordando as complexas relações entre colonos, missionários, escravos africanos e povos indígenas, destacando como esses grupos interagiram e moldaram a sociedade e a economia da região, analisou também as tensões e alianças entre colonos e missionários, especialmente os jesuítas, que buscavam catequizar os indígenas e protegê-los da escravização pelos colonizadores, consideradas relações frequentemente conflituosas, pois os interesses econômicos dos colonos (baseados na exploração da terra e da mão de obra) colidiam com os objetivos missionários de conversão e proteção dos indígenas, sua pesquisa revela como esses grupos contribuíram para a formação de uma sociedade colonial marcada por conflitos, resistências e adaptações, ao mesmo tempo em que ressalta o papel central da escravidão e da exploração na construção do projeto colonial português na região.

Em 2016 Francisco Helton publicou "Cativos do sertão: a família escrava na freguesia de N. S. do Carmo de Piracuruca, Piauí - (1850-1888)", fruto de seu trabalho de dissertação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, o autor analisou a estrutura e a dinâmica das famílias escravizadas no sertão piauiense durante a segunda metade do século XIX, utilizando-se de fontes como registros paroquiais, inventários e censos, analisou também a formação dos laços familiares entre os escravizados, destacando como esses grupos buscavam preservar vínculos afetivos e estratégias de sobrevivência dentro de um sistema opressor, demonstrou que, apesar das dificuldades impostas pela escravidão, as famílias escravizadas em Piracuruca desenvolveram redes de solidariedade e apoio mútuo, abordando também os aspectos

como casamentos entre escravizados, batismos de crianças e a importância das relações parentais na resistência ao cativo. Abordou uma discussão entre o papel dos senhores na organização dessas famílias, evidenciando tanto os mecanismos de controle sobre os cativos quanto as possibilidades de negociação e agência por parte dos escravizados. Outro ponto da pesquisa é a transição da escravidão para o trabalho livre, analisando como a desagregação das famílias escravizadas ocorreu no contexto das leis abolicionistas, como a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885), destacou que, mesmo após a abolição, muitos ex-escravizados enfrentaram desafios para manter seus laços familiares e garantir meios de subsistência.

Charlene Veras de Araújo em “A formação do mercado de trabalho no Piauí: a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado - 1871-1930”, pesquisa de mestrado, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Piauí publicada em 2016, buscou abordar a transição do trabalho escravizado para o assalariado no Piauí entre 1871 e 1930, a pesquisa investigou como a abolição da escravidão e as subsequentes mudanças econômicas e sociais influenciaram a formação do mercado de trabalho na região, utiliza-se de fontes como mensagens e relatórios do poder executivo, pareceres e registros do poder legislativo e jornais da época para compreender as transformações nas relações laborais. A sua pesquisa destacou o papel do extrativismo da borracha de maníoba na economia piauiense durante o período pós-abolicionista, evidenciando como essa atividade contribuiu para a inserção de trabalhadores no mercado assalariado. Abordou também as políticas públicas implementadas para regular o mercado de trabalho emergente e as estratégias adotadas pelos ex-escravizados para se adaptarem às novas condições laborais.

Em 2017, Francisca Raquel retoma os estudos e publica sua tese de doutorado pela Universidade Federal do Ceará intitulada: “Escravidão e liberdade no Piauí Oitocentista: alforrias, reescravização e escravidão ilegal de pessoas livres (1850-1888)”, analisando as dinâmicas da escravidão e da liberdade no Piauí durante as últimas décadas do regime escravista no Brasil, incluindo práticas como as alforrias, a reescravização e a escravização ilegal de pessoas livres no contexto pós-Lei Eusébio de Queirós (1850), que proibiu o tráfico transatlântico de escravos, o estudo abordou como a concessão de alforrias, muitas vezes condicionais, servia tanto como mecanismo de controle quanto como uma esperança de liberdade para os escravizados. No entanto, a reescravização, prática ilegal mas recorrente, e a escravização ilegal de pessoas livres, incluindo indígenas e afrodescendentes, mostram a violência e a arbitrariedade de um sistema que

frequentemente ignorava as leis para manter a ordem social e econômica, a autora também destacou as estratégias de resistência dos escravizados e libertos, como fugas, ações judiciais e a formação de redes de solidariedade, que desafiavam a opressão e buscavam garantir a liberdade, com a gradual implementação de leis abolicionistas, como a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885). Novas tensões surgiram, culminando na abolição em 1888, no entanto, a conquista da liberdade não eliminou as desigualdades, já que os libertos enfrentaram a falta de apoio do Estado e a persistência de estruturas sociais excludente, sua pesquisa ofereceu uma análise crítica das complexidades do sistema escravista no Piauí, revelando tanto a violência da escravidão quanto a resistência e a luta incessante por liberdade e dignidade.

Em 2018 Rodrigo Caetano Silva publicou o trabalho intitulado "O escravo e o senhor nos últimos anos de escravidão no Piauí", fruto de seu trabalho de dissertação do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, ele analisou as relações entre escravizados e seus senhores no Piauí durante as décadas finais do século XIX, período que antecedeu a abolição da escravidão no Brasil, buscou compreender as transformações nas dinâmicas sociais e econômicas da região do Piauí, focando a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e os impactos desse processo na sociedade piauiense, trouxe uma abordagem da estrutura econômica do Piauí no período, destacando a predominância das atividades agropecuárias e a importância da mão de obra escravizada nesse contexto, além de investigar como as mudanças legislativas e as pressões abolicionistas influenciaram as relações de poder entre senhores e escravizados, bem como as estratégias de resistência e negociação adotadas. Demonstrou o papel das alforrias, das fugas e das rebeliões como formas de resistência dos escravizados, bem como as respostas dos senhores a essas ações.

Em 2022, Rodrigo defendeu sua tese de doutorado pela Universidade Federal do Pará: "leis, mortes e fugas: o processo de abolição da escravidão e a entrada dos imigrantes no Piauí, analisando as transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas no Piauí durante o processo de abolição da escravidão e a transição para o trabalho livre, com a chegada de imigrantes no final do século XIX, destacando como as leis abolicionistas: Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885) e a Lei Áurea (1888), impactaram a sociedade piauiense, gerando expectativas e tensões entre senhores de escravos, escravizados e libertos, analisou o aumento das fugas de escravizados como uma forma de resistência ao sistema escravista, pressionando por mudanças e acelerando o processo de abolição, paralelamente, o trabalho examina a

entrada de imigrantes, principalmente europeus, como uma estratégia para substituir a mão de obra escravizada e modernizar a economia local, baseada na pecuária e na agricultura. Porém, essa transição não foi simples, foram várias as dificuldades de adaptação, pois enquanto os libertos lidavam com a falta de oportunidades e a persistência de desigualdades sociais, as contradições e os desafios desse período de transição, mostram como a abolição da escravidão e a imigração foram processos interligados que redefiniram as relações de trabalho e a estrutura social no Piauí, mas sem garantir a plena integração ou justiça para os libertos e imigrantes.

Talyta Marjorie, retoma seu estudos concluindo sua tese de doutorado pela Universidade Federal do Piauí em 2023: “Escravidão e imprensa: comércio, fuga e tensões sociais no Piauí oitocentista”, analisa as dinâmicas da escravidão no Piauí durante o século XIX, utilizando a imprensa local como fonte principal de análise da questão do comércio de escravizados, as fugas e as tensões sociais que marcaram o período, demonstrando como os anúncios de compra e venda de escravos publicados em jornais refletiam a normalização da escravidão na sociedade piauiense, ao mesmo tempo em que destacavam a mercantilização dos corpos negros. Os anúncios de fugas de escravizados, frequentes na imprensa, mostram a resistência ativa contra o sistema escravista, evidenciando que as fugas eram uma forma de desafio à opressão e uma busca por liberdade, a autora analisou como a imprensa registrava as tensões sociais entre a sociedade, refletindo os conflitos e as contradições de uma sociedade marcada pela violência e pela desigualdade e demonstrou como a imprensa, ao mesmo tempo que reforçava os interesses das elites escravistas, servia como um espaço onde as contradições do sistema escravista eram expostas, através de críticas ao comércio de escravos, pela denúncia de abusos e violências.

Anderson Machado em 2023, defendeu sua dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil: “Quem o capturar e entregar ao abaixo assinado será bem recompensado: Escravidão na imprensa piauiense (1848-1885)”, e analisou a representação da escravidão na imprensa do Piauí durante o século XIX, utilizando anúncios de fugas, capturas e recompensas para compreender as dinâmicas sociais e econômicas do período, utilizando-se de fontes como: jornais: *A Imprensa: periódico político*, *A Opinião Conservadora*, *A Voz da Verdade: jornal político, literário e comercial*, *O Escholastico*, *O Governista*, *O Piauihy*, *A Epoca*, apresentando como esses jornais locais refletiam a normalização da escravidão, com anúncios que tratavam os escravizados como mercadorias e destacavam a violência

intrínseca ao sistema escravista. Esses anúncios, que ofereciam recompensas pela captura de fugitivos, não apenas expunham a resistência ativa dos escravizados, que buscavam liberdade através das fugas, mas também reforçaram o controle social exercido pelas elites escravistas. O autor apresenta as tensões e contradições presentes na imprensa, que, ao mesmo tempo em que servia aos interesses dos senhores, acabava por revelar as fragilidades do sistema, como a insubmissão dos cativos e a dificuldade de mantê-los sob controle, contextualiza esses anúncios dentro do cenário político e social do Piauí oitocentista, marcado por transformações como o fim do tráfico transatlântico (1850) e o avanço do movimento abolicionista.

No mesmo ano Jakelinne Nayade, defendeu também sua dissertação pelo mesmo Programa de Pós-Graduação: “Senhor e Possuidor de um Escravo”: Manumissões e as Relações Escravistas em Teresina (1850-1888)”, apresentou em seu trabalho as dinâmicas da escravidão e da concessão de alforrias (manumissões) em Teresina-Piauí, durante as últimas décadas do regime escravista no Brasil, analisando como as manumissões, atos de libertação de escravizados, eram utilizadas como mecanismos de controle e negociação dentro do sistema escravista, refletindo as complexas relações entre senhores e cativos. Destacou que, embora as alforrias representassem uma possibilidade de liberdade, muitas vezes eram condicionais, exigindo que os libertos continuassem a servir a seus antigos senhores por um período determinado ou cumprissem outras obrigações, apresentou também como as manumissões eram influenciadas por fatores como relações pessoais, pressão social e estratégias de sobrevivência dos escravizados, que buscavam garantir sua liberdade através de negociações e vínculos de compadrio. As tensões e contradições do sistema escravista em Teresina, onde a escravidão coexistia com uma crescente pressão abolicionista e transformações econômicas, ao apresentar as fontes documentais como cartas de alforria, registros paroquiais e processos judiciais, apresenta também as estratégias de resistência e adaptação dos escravizados, como das práticas de dominação e controle dos senhores, através da compreensão das dinâmicas locais da escravidão no Piauí, mostra como as manumissões eram parte de um sistema mais amplo de relações de poder, que combinava violência, negociação e resistência, e como essas práticas moldaram o processo de transição para o trabalho livre após a abolição em 1888.

Contudo, as obras aqui introduzidas não totalizam toda a produção historiográfica sobre as relações escravistas no Piauí, porém apresenta-se como essenciais para demonstrar a evolução historiográfica e como as pesquisas mostraram uma nova visão acerca da temática. Atualmente alguns professores e pesquisadores tem mantido a

constância nos estudos sobre escravidão em especial destaque Solimar Oliveira Lima e Alcebíades Costa. Solimar Oliveira, atualmente professor Titular da Universidade Federal do Piauí, no Campus Amilcar Ferreira Sobral em Floriano no Piauí, fundou o Núcleo de Pesquisas sobre Africanidades e Afrodescendência – IFARADÁ; e Pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária – NUPEES, é autor de diversos livros que tratam de História, Escravidão negra, Movimentos Sociais, Direitos Humanos, Luta de classe e Luta do Movimento LGBTQI+. As suas pesquisas têm sido fundamentais para a consolidação de uma historiografia piauiense mais inclusiva e crítica, que valoriza as vozes e experiências dos grupos marginalizados e não apenas enriquece o conhecimento sobre a história do Piauí, mas também dialoga com questões mais amplas, como o legado da escravidão, as desigualdades raciais e a luta por direitos e cidadania, além disso, sua atuação como docente e orientador, tem fortalecido a pesquisa histórica no Piauí, inspirando novos estudos e abordagens, suas produções recentes continuam a influenciar e transformar as análises sobre a temática no Piauí.

Alcebíades Costa é Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) desde 2010, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) desde 2002, e graduado em Licenciatura em História pela UFPI em 1982. Atualmente, ocupa o cargo de Professor Adjunto II no Curso de História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Também leciona no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura (PPGSC/UESPI) no Campus Poeta Torquato Neto. É associado à ANPUH (Associação Nacional de Profissionais de História) e membro de diversos núcleos de pesquisa, como o Núcleo de Documentação e Estudos em História, Sociedade e Cultura (NEHST/UESPI) e o Núcleo de Estudos em Memória e Acervo (NEMA/UESPI). Atua como membro do Conselho Editorial Nacional da Revista Multidisciplinar *Terra de Pretos*, do Conselho Consultivo da Revista *Vozes, Pretérito e Devir* (Qualis B3) e do Conselho Científico da Revista *Humana Res*. Foi premiado no concurso literário Novos Autores - Prêmio Cidade de Teresina em 2006. Sua experiência é voltada para a História do Brasil, com ênfase nos seguintes temas: Escravidão, História do Piauí, História e Literatura, Historiografia, História da Educação e História da Alimentação. durante a década do centenário da abolição da escravidão e nos anos seguintes, dedicou-se a pesquisas e produções acadêmicas que se tornaram referências importantes, especialmente no movimento social negro, um de seus trabalhos mais destacados é o texto “História da mulher escrava no Piauí”, publicado nos Cadernos de Teresina (Teresina, v. 12, 1992), que se consolidou

como uma das primeiras obras acadêmicas a abordar a temática da escravidão sob uma perspectiva regional e de gênero, além dessa contribuição, seguiu uma carreira acadêmica sólida, atuando como professor na Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), sua obra e atuação acadêmica deixaram um legado significativo, especialmente no que diz respeito à valorização da história e da cultura afro-brasileira.

3. AS RELAÇÕES ESCRAVISTAS SOB A VISÃO DA HISTORIOGRAFIA CLÁSSICA

No artigo intitulado “Historiografia da escravidão negra no Piauí”, Solimar Oliveira Lima (2005) categorizou os estudos sobre a escravidão negra no Estado do Piauí em dois grupos: a “historiografia clássica” e os “jovens historiadores”. O primeiro grupo que será apresentado nesse capítulo, é composto por Odilon Nunes (1996), Monsenhor Chaves (1998), Luiz Mott (2012), Tanya Brandão (1999), Miridan Falci (1995) e Solimar Lima (2005). O termo Historiografia “Clássica” pode ser explicado por consistir nas primeiras pesquisas publicadas sobre a temática da escravidão no Piauí, pesquisas essas que estabeleceram bases e fundamentos para as pesquisas posteriores, sendo em quase sua totalidade referenciadas em novos escritos que versem sobre as relações escravistas e a formação social do Piauí focando no trabalho rural.

Abaixo foi apresentado um quadro onde há uma sistematização contendo os autores, obras e tema principal.

Quadro 2- Produção da Historiografia Clássica sobre a Escravidão no Piauí: autores, temas e obras.

AUTOR(A)	OBRA	TEMA PRINCIPAL
ODILON NUNES	PESQUISAS PARA HISTÓRIA DO PIAUÍ	Formação histórica do Piauí: economia, sociedade e colonização.
MONSENHOR CHAVES	ESCRavidão NO PIAUÍ (OBRA COMPLETA)	A estrutura, funcionamento e repressão do sistema escravista no Piauí oitocentista, cotidiano dos cativos e o papel do Estado imperial da ordem escravocrata.
LUIZ MOTT	PIAUÍ COLONIAL: POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE	Aspectos demográficos, econômicos e sociais do Piauí durante o período colonial

TANYA BRANDÃO	O ESCRAVO NA FORMAÇÃO SOCIAL DO PIAUÍ: PERSPECTIVA HISTÓRICA DO SÉCULO XVIII	A importância do escravo na formação social do Piauí, com foco nas percepções históricas dos séc. XVII E XVIII, destacando o papel dos escravos na estrutura social e econômica da região.
MIRIDAM FALCI	ESCRAVOS DO SERTÃO: DEMOGRAFIA, TRABALHO E RELAÇÕES SOCIAIS	Condições de vida escrava sob o regime de exploração da pecuária, através de análise demográfica, das ocupações do escravo nas fazendas de gado e núcleos populacionais, Província do Piauí, entre 1826 e 1888.
SOLIMAR LIMA	BRAÇO FORTE: TRABALHO ESCRAVO NAS FAZENDAS DA NAÇÃO NO PIAUÍ: 1822-1871	Condições dos trabalhadores escravizados nas Fazendas Públicas durante o período de 1822 e 1871.

Fonte: Elaboração interpretativa da autora

2.1. DISCURSOS ACERCA DA ESCRAVIDÃO NO PIAUÍ

Os trabalhos sistematizados na tabela apresentada, apesar de possuírem convergências e divergências, foram fundamentais para romper com a noção da incompatibilidade da economia com o trabalho escravizado, além de romper com a visão do paternalismo existente nas relações escravistas entre senhor e escravizado. A origem dessa interpretação pode ser encontrada em relatos de memorialistas e viajantes dos séculos XVIII e XIX. Desde o século XVI, tornou-se frequente a passagem de estrangeiros na América entre eles memorialistas, naturalistas, cientistas, comerciantes e dentre outros, essas passagens justificam-se pela autorização de D. João VI a abertura dos portos às nações aliadas, por meio de acordos comerciais. Segundo Barreiro (2002), esses viajantes deixaram registros minuciosos sobre os aspectos múltiplos da vida social, econômica e política do país, porém esses registros se constituíam com base em suas crenças e ideologias baseadas em suas concepções eurocêntricas. A ideia de que havia pouco trabalho e excesso de mão de obra nas fazendas de gado no Piauí foi construída como um discurso para encobrir a presença real e significativa da escravidão na região, essa narrativa serviu, historicamente, aos interesses de uma elite local, que se apoiava na exploração do trabalho escravo como forma de garantir e perpetuar seus privilégios

econômicos e políticos, nas raízes dessa difusão estavam Johann Baptist Von Spix e Karl Friedrich Philipp Von Martius, em que na sua missão científica realizada entre 1817 e 1820, resultou em descrições do Brasil oitocentista, reunidas principalmente em *Viagem pelo Brasil* (SPIX & MARTIUS, 1976), ao atravessarem a província do Piauí, os naturalistas alemães registraram observações não apenas sobre a natureza, mas também sobre aspectos sociais, organização econômica, a estrutura fundiária e sobre o sistema escravista.

No Piauí, Spix e Martius escreveram sobre a predominância da criação de gado como atividade econômica principal, praticada em grandes fazendas que dependiam do trabalho escravo, ressaltaram que ao contrário das áreas de agricultura intensiva do Sudeste, o modo de vida no sertão piauiense era mais disperso, com grandes extensões de terra e baixa densidade populacional (SPIX & MARTIUS, 1976), no entanto, a escravidão assumia características específicas, sobre o tratamento dado aos escravizados, desta forma, Spix e Martius fornecem relatos ambíguos, pois ao mesmo tempo que não negam a presença dos escravizados, naturalizam as relações existentes, afirmando que os escravizados gozavam de uma convivência relativamente mais próxima de seus senhores, fruto da necessidade de relações mais pessoais em ambientes isolados:

[...] A 1º de maio, depois de várias vezes atravessar o rio Canindé nos seus múltiplos meandros, alcançamos a fazenda Poções de Baixo. Era esta, a primeira das 33 fazendas do Piauí, que são administradas à custa do governo. Domingos Afonso, de Mafra (perto de Lisboa), havia estabelecido grande número de fazendas, por toda parte, na província do Piauí. [...] Tem a fazenda escravos do rei, que apenas recebem roupa e carne, porque para as outras necessidades eles mesmo têm oportunidade de cuidar pela lavoura e pecuária.³ (SPIX E MARTIUS, 2005, p. 216)

Esses relatos descreviam um mundo rural onde o trabalho compulsório e ocasional era comum, especialmente nas atividades rurais, em que segundo os relatos havia um “controle mais brando” sobre os escravizados (cf. GARDNER, 1942; ALENCASTRE, 1981; SPIX; MARTIUS, 1981). Outro ponto ressaltado é a análise que os viajantes fizeram sobre a composição étnica da população escrava no Piauí, mencionando a presença de africanos de diversas nações, como os Mina e os Angola, além de uma significativa mestiçagem, resultado das relações – muitas vezes forçadas –

³ Spix, F., Johann Baptist von, 1781-1826. *Viagem pelo Brasil (1817-1820) / Spix e Martius.*; tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. 3v.: il. 428 p. -- (Edições do Senado Federal; v. 244-B).

entre colonizadores europeus, africanos e indígenas (SPIX & MARTIUS, 1976). Essa mestiçagem, segundo os viajantes, moldava a fisionomia e os costumes locais, formando uma sociedade marcada por fortes desigualdades raciais e sociais. No entanto, os relatos de Spix e Martius sobre o Piauí, demonstram preconceitos eurocêntricos próprios do seu tempo.

Segundo Solimar Oliveira (2002), esses relatos fizeram nascer à tese que havia excesso de mão de obra, ociosidade, ausência de disciplina e rigor do trabalho feitorizado nas fazendas públicas, durante muito tempo o mito da incompatibilidade da pecuária com a escravidão foi sustentado e reproduzidos por diversos autores, a exemplo Capistrano de Abreu em *“Caminhos antigos e o Povoamento do Brasil”*, Caio Padro Júnior em *“Formação do Brasil Contemporâneo”* e Celso Furtado em *“Formação Econômica do Brasil”*, esse mito criado através desses relatos foi utilizado dentro da historiografia piauiense para encobrir a origem do sistema escravista, relegando a população negra a um local e uma posição de inexistência e invisibilidade. Essa perspectiva se manifesta ao longo de várias gerações de autores, uma vez que havia uma tentativa de mascarar a real face do escravismo no Piauí, que acabou favorecendo durante muito tempo uma classe social, que se sustentava na exploração demasiada do trabalho escravizado, mantendo seus privilégios econômicos e políticos. Atualmente, a historiografia piauiense concorda que a escravidão esteve presente desde o início da colonização do território piauiense, a mão de obra de pessoas negras escravizadas foi utilizada em todo o contexto do trabalho e atividades das fazendas. Luiz Mott e Jacob Gorender através de suas obras, especificamente: *“Piauí Colonial”* e *“O Escravismo Colonial”*, buscaram reparar o mito da incompatibilidade, demonstrando que a pecuária se sustentava eminentemente no trabalho escravizado além de oferecerem perspectivas diversas em relação ao trabalho escravo e aos meios de conservar o sistema escravista no Piauí.

Os primeiros trabalhos que ressaltavam a escravidão no Piauí surgiram apenas na segunda metade do século XX. O primeiro deles foi de Odilon Nunes, o autor era filho do político e capitão da Guarda Nacional Gil José Nunes e de Presilina Liberalina, nascido em Amarante- Piauí (1899) e faleceu em Teresina – Piauí (1989), dedicou-se ao magistério ao longo dos seus 90 anos, tornou-se membro da Academia Piauiense de Letras onde ocupou a cadeira do patrono Anísio Brito, foi diretor da Escola Normal Oficial do Estado do Piauí e do Liceu Piauiense, duas tradicionais escolas da capital do Piauí, suas obras são consideradas clássicos de grande relevância para a historiografia piauiense, obras essas constituídas por fontes documentais, tabelas e dados sobre

população, demografia e diversos aspectos da história do Piauí, Segundo Monteiro de Santana,

(...). Odilon Nunes, na sua vasta pesquisa, revelou aspectos interessantes da formação política do Piauí, de sua evolução econômica e social. Assim, ao tratar do Rio Parnaíba, que nenhuma importância teve na colonização, ou ao estudar a gênese das primeiras vilas piauienses, como iniciativa única do Governo, com o objetivo de satisfazer imposição do fisco e policiamento, oferece contribuição original. Seu conhecimento seguro e profundo da história piauiense permitiu que ele chegasse a uma periodização satisfatória da evolução social do Piauí (...)⁴

Entre os principais trabalhos publicados pelo autor está “*Pesquisa para a história do Piauí*” publicado em Teresina pela Fundação Monsenhor Chaves em 1996, a obra está dividida em quatro volumes, o primeiro volume aborda sobre os eventos mais importantes desde a pré-história onde descreve o ambiente em geral (vegetação rios, passagens dos viajantes e aventureiros), até o fim do período colonial, o segundo volume aborda os movimentos nativistas, a guerra da independência e as manifestações republicanas no Piauí utilizando-se de interlocuções com a história geral do Brasil. Já o volume três oferece uma análise sobre a Balaiada no Piauí (estopim, principais acontecimentos), além de um estudo sobre o Visconde da Parnaíba e no quarto volume há uma análise mais aprofundada, em que o autor apresenta um panorama da província, discutindo as disputas políticas, a organização administrativa, a educação, o trabalho, a mudança da capital, transporte, economia, a guerra do Paraguai e seu impacto na Província, a Abolição, a catequese, as tentativas de colonização, a saúde, a cultura e a administração de Vitória da Costa. A obra foi publicada pela FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves em 2007 da Coleção Grandes Textos, Volume IV.

Especificamente no capítulo intitulado “A Abolição” o autor aborda a escravidão no Brasil, depois parte para o Piauí e nas suas análises pode-se perceber a defesa das relações paternalistas, e das relações benevolentes entre senhor e escravizado, precursor de uma “escravidão branda”, buscava negar a violência e minimizar a presença dos escravizados. Segundo o historiador:

“[...] ordinariamente, tratava de modo paternal sua escravaria, e ainda melhor tratava, se era ele pobre, pois disporia apenas de escravos como serviçais, para pajem, ou trabalhos domésticos, e desde então ficavam integrados na vida familiar como criados” (NUNES, 1996, p. 63).

⁴ ODILON NUNES E A CONSTRUÇÃO DE NOSSA HISTÓRIA. Portal Entretextos. Disponível em: <https://www.portalentretextos.com.br/post/odilon-nunes-e-a-construcao-de-nossa-historia-1>. Acesso em: 21 set. 2024.

O autor argumentava que o fato de a base econômica ser a pecuária, o trabalho não exigia grandes esforços, por isso, os senhores sentiam pouca necessidade da utilização da violência e aplicação dos castigos, estes, quando eram utilizados, eram “motivados pelos próprios escravizados”, o mesmo chega a argumentar que: “(...) não tínhamos agricultura, e o feitor, principal instrumento da selvageria, a que se referem os observadores, foi coisa rara no Piauí (...)”. O trabalho doméstico absorvia em grande parte a escravaria. Dessa forma era o escravo um apenso da família não tinha direitos, mas era quase sempre estimado. Sabia retribuir com lealdade o afeto do senhor. Dessa forma o negro do Piauí tinha vida de folgazão, especialmente os das fazendas nacionais (NUNES, 2007, p.251).

A pesquisa de Odilon Nunes projeta uma imagem negativa e uma existência minimizada dos escravizados, os quais também carregam a culpa pelo atraso moral e econômico da província piauiense. Para ele, tornava-se conveniente construir uma sociedade de “tendências democráticas, ao exercício da liberdade, donde o respeito à dignidade humana” (NUNES, 1996, p. 63). Essa sua interpretação atribuía ao elemento cativo, e somente a ele, a herança de uma má índole que, no passado, era prevalente na sociedade do Piauí durante os primeiros anos de ocupação do território, caracterizado por conflitos e tensões. O escravizado foi resgatado de uma condição de ser negado ou minimizado em sua existência, chegando a ser quase invisível socialmente, para ser visto como uma presença negativa responsável pelo atraso moral e econômico da capitania e, mais tarde, da província.

Na labuta do campo, para o autor, o escravizado era apenas um auxiliar dos vaqueiros e do senhor, sendo dispensado quando não houvesse necessidade:

[...] é que não tínhamos agricultura, e o feitor, principal instrumento da selvageria, a que se referem os observadores, foi coisa rara no Piauí [...] o trabalho doméstico absorvia em grande parte a escravaria. Dessa forma era o escravo um apenso da família não tinha direitos, mas era quase sempre estimado. Sabia retribuir com lealdade o afeto do senhor. Dessa forma o negro do Piauí tinha vida de folgazão, especialmente os das fazendas nacionais (NUNES, 2007, p. 250).

Sem hesitar, o autor ressalta que o negro tinha vida de “folgazão”⁵,

⁵ A expressão “folgazão” é empregada para descrever uma pessoa preguiçosa, ociosa ou que foge das tarefas e obrigações. É comum relacionar o termo a alguém que procura constantemente evitar esforço ou compromissos, optando por passar o tempo despreocupadamente, sem assumir responsabilidades.

principalmente nas fazendas públicas. O autor faz uma ocultação do uso da mão de obra escrava no processo de montagem e manutenção de toda a infraestrutura do criatório, incluindo o manejo do gado, a construção de currais, cercas e o trabalho de piadores. Em vista disso, Lima (2009) apresenta a necessidade de romper com a ideia de que as fazendas pastoris serviam apenas para a criação de gado, pois com o aumento da população, ocorreu uma diversificação das atividades, e a agricultura demandava trabalho braçal. Também há uma tentativa do deslocamento da mão de obra negra para o âmbito doméstico, tornando afável a relação entre senhores e escravizados.

A obra de Nunes, considerada primordial na historiografia piauiense, encobre as origens da força de trabalho escrava nas fazendas de gado do Piauí, ainda ao finalizar o capítulo sobre a abolição o autor afirma que quanto às consequências desse processo no Piauí, não houve grande impacto, a não ser de alegria, pois não existia discriminação de raça ou social, mais uma vez mascarando a real consequência do processo de escravização.

A visão de Nunes, se insere em um momento da historiografia nacional em que predominava uma narrativa conciliatória, marcada pela valorização da harmonia racial, da miscigenação e da suposta “brandura” do sistema escravista brasileiro, essa abordagem, fortemente influenciada como abordado inicialmente por Freyre, contribuiu para a consolidação de um imaginário nacional que minimizava os traços de violência, exploração e resistência inerentes à escravidão, especialmente nas regiões menos estudadas, como o caso do Piauí, ao transpor essas ideias para o contexto piauiense, Odilon acaba por construir uma imagem de cativo “brando”, alinhada à tradição historiográfica dominante de seu tempo.

Freyre inaugurou uma leitura que enfatizava os laços de convivência entre senhores e escravizados, especialmente dentro do espaço doméstico, em “*Casa-Grande & Senzala*”, apresentou uma interpretação, segundo a qual o patriarcalismo e a vida em torno da casa-grande teriam gerado formas de dominação mais “suaves”, baseadas na afetividade e na dependência mútua, ainda que tenha sido revolucionário ao destacar o papel da cultura africana na formação do Brasil, Freyre contribuiu para um modelo interpretativo que romantizou a escravidão e ofuscou seus aspectos mais brutais. Dentro desse contexto pode-se compreender a leitura feita por Odilon Nunes, ao escrever sobre a história do Piauí, especialmente no que tange à escravidão, afirma que essa teria sido mais humana do que em outras regiões do Brasil. Segundo a análise de Francisca Raquel da Costa, tal leitura insere-se na lógica de um mito de excepcionalidade local, segundo o

qual as relações de trabalho escravo na província teriam sido mais leves devido à predominância da pecuária extensiva e à menor densidade demográfica, no entanto, Nunes tratou a escravidão como sendo branda e mais humana, diferente da de outras regiões.

A leitura de Odilon reflete, assim, os limites de uma historiografia tradicional, marcada por uma perspectiva elitista e eurocêntrica, que silenciou as vozes e reforçou os discursos legitimadores das elites regionais. Os escritos de Odilon Nunes ilustram como a historiografia local do século XX foi influenciada por correntes nacionais que buscavam conciliar o passado escravista com a construção de uma identidade brasileira supostamente pacífica e harmoniosa.

Seguido de Odilon Nunes, a próxima publicação será “*Obras Completas*” de Joaquim Raimundo Ferreira Chaves conhecido como Monsenhor Chaves, o autor é considerado um importante historiador piauiense, sacerdote, professor, biógrafo e licenciado em filosofia, ocupou a cadeira de número 23 na Academia Piauiense de Letras, também foi membro do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico do Piauí) Entre as suas publicações: Teresina – Subsídio para a História do Piauí, 1952; O Índio no Solo Piauiense, 1952; Como Nasceu Teresina, 1971; Campo Maior nas Lutas pela Independência, 1971; O Piauí na Guerra do Paraguai, 1972; O Piauí nas Lutas da Independência do Brasil, 1975; Monumento do Jenipapo, 1983; Apontamentos Biográficos e Outros, 1981; Cadernos de Teresina, 1993; A Escravidão no Piauí e Obras Completas, 1998, publicado pela Fundação Cultural Monsenhor Chaves. Essas obras abrange uma ampla produção literária composta por ensaios, discursos, reflexões teológicas e textos sobre a história e o progresso do Piauí, em suas obras, ele aborda temas como religiosidade, em grande parte de seus escritos explora a fé cristã, os ensinamentos da igreja católica e o papel da religião na vida cotidiana, espelhando sua atuação como sacerdote e educador, a história e a cultura do Piauí registrando o desenvolvimento histórico e cultural do Piauí, abordando figuras importantes e eventos marcantes da região, como também educação, defensor da educação, ele via o ensino como um meio de desenvolvimento e formação moral, apoiando fortemente a inclusão do ensino religioso nas escolas.

A obra *Escravidão no Piauí*, de Monsenhor Chaves, é um marco documental na historiografia piauiense, reunindo fontes primárias que retratam o cotidiano do sistema escravista no estado do Piauí, publicada como parte de suas *Obras Completas* em 1998, do ponto de vista interpretativo, a percepção de Monsenhor Chaves sobre a escravidão é

moderada, não assumindo um tom crítico explícito. Ele adota uma postura de observador da documentação, descrevendo os fatos conforme os registros históricos, sem aprofundar discussões sobre as estruturas de violência, desumanização e resistência que caracterizavam o sistema. Em sua narrativa, há uma valorização do esforço documental e uma certa neutralidade que reflete a perspectiva tradicional da historiografia local até meados do século XX. Por exemplo, ao narrar casos de escravos presos por ordem de seus senhores para serem castigados pela polícia, o autor não tece comentários críticos sobre a brutalidade do ato ou sobre a conivência do Estado com a violência doméstica.

Chaves acompanha a visão paternalista empregada por Nunes, ao afirmar que os “bons senhores” eram a maioria no Piauí e que os cativos “abusavam” dessa bondade, divide o regime escravagista em duas fases: A primeira era fortemente marcada pelo uso da violência, como afirmava o próprio autor:

“[...] imperou, com certa ênfase, o regime de ferro e fogo, com castigos mais violentos e mais fortes, com o abandono de doentes e dos velhos. Esta fase enche todo o período colonial alongando-se pelos começos do Império” (CHAVES, 1998, p. 190).

O autor utiliza os jornais da época, como prova textual, anunciando as fugas. Em sua maioria, os escravizados possuíam marcas no corpo, assim, essas marcas e cicatrizes nos corpos significavam a violência do sistema escravista no Piauí, mas também as marcas poderiam ser adquiridas na labuta do trabalho, assim como no exemplo de Antonio Isidio: “tem pouca barba, olhos encarniçados, panos pretos no rosto, e além desses sinais tem um dos dedos grandes de um pé rachado de um talho de machado”⁶. O Jornal “A Imprensa” de 23 de agosto de 1873, relata a captura de uma escravizada:

Escândalo – É intolerável o de que fomos testemunhas nesta capital, no domingo, 17 do corrente (agosto de 1873), de 4 para 5 horas da tarde, na Praça da Constituição. A esta hora quando se achavam às janelas de suas diversas famílias, era conduzida por Policiais, quase arrastada para a cadeia, uma preta semi-nua, cujos gritos excitaram a indignação de todos contra o autor de tamanha violência. Admira que dentro de uma capital, à face das autoridades superiores, sem respeito ao pudor das famílias, se dê um fato desta ordem e que seja dele autor o próprio Comandante da Companhia de Polícia, segundo fomos informados, quando, antes de tudo, lhe cumpre velar para que não se afronte tão às escancaradas a moralidade pública e não se trate como um irracional uma criatura humana, já por sua condição servil tão infeliz.⁷

⁶ (CONCILIADOR PIAUIENSE apud CHAVES. Teresina, 1994, p.190)

⁷ “A Imprensa” de 23 de agosto de 1873. In: CHAVES, Monsenhor. Obras Completas. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. p. 194.

Já na segunda fase houve todo um cuidado no tratamento dos escravizados, porém, o próprio autor dispensa a totalidade desses bons tratamentos afirmando que ainda houveram muitos castigos, que seriam um dos principais motivos para as fugas. A justificativa para se afirmar a “escravidão branda” na segunda fase se dava pelo fim do tráfico negreiro em 1850. Assim como Odilon Nunes, Chaves⁸ buscava afirmar a bondade senhorial, e reiterar que os negros escravizados abusavam dessa bondade, tomando posturas inadequadas. Monsenhor Chaves aponta a boa postura da sociedade, que havia uma civilização e estes se contrapunham ao uso excessivo da violência, havendo um limite permitido.

Apesar de não trazer o foco principal para as relações escravistas, uma das primeiras obras a revisá-las: *Piauí Colonial*, de Luiz Mott⁹(2012), retomou a questão de o trabalho escravo ser “escasso”, afirmando também que a escravidão no sertão piauiense pode ter assumido formas menos visíveis que nas grandes plantações, mas não foi menos cruel ou opressora. Mott em sua obra “*Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade*”, aborda como temática principal a análise da formação social, econômica e demográfica da Capitania de São José do Piauí durante os séculos XVII e XVIII, diferentemente de outras abordagens historiográficas seu objetivo é demonstrar que, embora periférica nos mapas coloniais e nos relatos oficiais, a Capitania do Piauí desempenhou um papel estratégico na economia colonial como grande fornecedora de gado e carne para centros mais desenvolvidos, como Bahia, Maranhão e Pernambuco.

A partir de uma base documental, o autor constrói uma narrativa sobre o cotidiano das fazendas de gado piauienses, revelando aspectos demográficos, culturais, sociais e econômicos pouco explorados pela historiografia até então. Censos, inventários, cartas administrativas, registros e testemunhos são utilizados de forma crítica, permitindo

⁸ Vale ressaltar que Odilon Nunes e Monsenhor Chaves não possuem formação em História, e não seguiram os critérios metodológicos exigidos pela produção acadêmica, consideramos que atuam como escritores memorialistas, pois suas obras estão fortemente marcadas por lembranças e vivências pessoais, baseadas na experiência, mas sem a devida problematização das fontes utilizadas, ainda assim, suas obras representam iniciativas pioneiras no estudo da escravidão no Piauí, já que, nos anos 1950, ambos tinham trabalhos publicados sobre o tema, deste modo subdividimos a historiografia acadêmica e não acadêmica.

⁹ Luiz Mott é um historiador, antropólogo e ativista brasileiro, conhecido por sua atuação na área dos direitos humanos, especialmente no movimento LGBTQIA+ no Brasil, professor aposentado da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde lecionou Antropologia, fundador do Grupo Gay da Bahia (GGB), uma das mais antigas organizações de defesa dos direitos LGBTQIA+ da América Latina. Além do ativismo, Mott tem uma produção acadêmica expressiva, com diversos estudos sobre história da sexualidade, homossexualidade na cultura brasileira e religiosidade afro-brasileira. Seu trabalho costuma mesclar rigor acadêmico com um forte compromisso político e social. Mott é considerado um dos principais intelectuais brasileiros na intersecção entre história, antropologia e estudos de gênero e sexualidade.

reconstituir a dinâmica de uma sociedade marcada pela presença do trabalho escravo e pela predominância de uma elite agrária dependente da mão de obra escravizada, nesse contexto, Luiz Mott dedica especial atenção à estrutura da escravidão no Piauí colonial, rompendo com a ideia disseminada de que o sertão nordestino teria sido uma região de pecuária “livre”, com baixa presença de cativos.

Contrariando essa noção, o autor revela, com base em fontes diretas como os censos de 1697 e 1762, que a escravidão estava amplamente difundida nas fazendas do interior, em 1762, por exemplo, cerca de 45,8% da população das fazendas era composta por pessoas escravizadas, sendo que, em algumas regiões, os cativos chegavam a representar até 55% dos habitantes, refutando a narrativa de que o Piauí seria exceção ao modelo escravista vigente no Brasil colonial. Mott evidencia que a escravidão no sertão assumiu contornos próprios, com a predominância de atividades pecuárias em vez da monocultura canavieira, mas com estruturas igualmente opressivas e hierarquizadas.

O autor nega a afirmação do trabalho escasso, ressaltando que apesar de existirem os trabalhadores livres e indígenas, a mão de obra negra se fazia mais presente:

[...] desde o início e ao menos durante todo os setecentos, a pecuária piauiense dependeu substantivamente da mão de obra negra e mestiça. Embora existindo um lugar para o trabalho livre, inclusive indígena, o escravo negro sempre foi uma presença importante e indispensável nas fazendas de criatório, superior ao abraço indígena, quiçá mesmo ao braço livre. (MOTT, 2012, p. 107).

O autor desmistifica o entendimento de que na pecuária não necessitava de muitos braços, demonstra que o escravizado se fazia presente, bem como ressalta que os escravizados representavam 45,5% da população rural e 68,8% se faziam presentes nos domicílios. Dessa forma, realizando um panorama com a população brasileira, aponta que os cativos representavam 98,8% da população total do império, e conclui que o trabalho escravo foi vastamente empregado na zona pastoril.

Outro ponto na obra é a desmistificação do absentismo, empregado por Odilon: “Ricos Sesmeiros, senhores de grandes prestígios, viviam em Salvador e Olinda” (NUNES, 1998, p. 111). O autor reconhece que existiu a ausência dos senhores nos primórdios da colonização, no entanto, isso estava associado a vários fatores, principalmente à dificuldade do acesso à comunicação, assim, cita que o erro dos historiadores locais foi generalizar para todo período colonial, quando na realidade se restringiu apenas às primeiras décadas de atividade ganadeira.

A exemplo da violência, Mott apresenta uma carta escrita pela escravizada

Esperança Garcia, escrita em 1770, a qual residia em Oeiras, primeira capital do Piauí: "A carta de Esperança Garcia é o mais dramático e eloquente testemunho da violência cotidiana sofrida por uma escrava no Piauí colonial." (p. 99).

Na carta, Esperança Garcia direcionou-se ao governador da Capitania, e denunciou os maus tratos sofridos por ela e seus filhos, além da denúncia, ela reivindicava retornar ao antigo local que vivia com sua família, ao destacar a figura de Esperança Garcia, o autor rompe com a invisibilidade das mulheres negras e escravizadas nos sertões. Ao tratar a carta de Esperança como um documento jurídico e político, Mott propõe um novo olhar para a resistência, reconhece a agência das pessoas escravizadas, mesmo em condições de dominação extrema, a violência denunciada por Esperança, física e moral é um retrato explícito da opressão exercida em ambientes supostamente "rurais e tranquilos", esse episódio também permite ao autor tensionar a ideia de que os sertões não produziram sujeitos históricos, pelo contrário: eles produziram vozes que, mesmo silenciadas por séculos, emergem nos arquivos. Mott apresenta a violência na escravidão como um elemento estrutural do sistema colonial piauiense, fortemente ancorado nas dinâmicas de poder, submissão e exploração extrema dos corpos escravizados. Outro ponto abordado é a violência dirigida aos povos indígenas escravizados ou subjugados nas fazendas, o autor destaca, com base em fontes coloniais, que muitos indígenas foram escravizados sob o pretexto de "guerra justa" e submetidos a maus-tratos semelhantes ou até mais intensos que os dos africanos, as ordens de punição aos "índios fujões" envolviam açoites públicos, destruição de aldeias e separação forçada de famílias, o autor também discute como essa violência extrapolava o físico e alcançava o psicológico, a começar pela imposição da língua, religião e regras coloniais, apagando a identidade dos povos escravizados. As famílias eram desfeitas, as mulheres escravizadas eram alvo de violência sexual, e os filhos nasciam automaticamente em condição de cativo, perpetuando o ciclo da violência sistêmica, contudo, a partir dos seus escritos, podia-se perceber a violência presente, faltando apenas desvelar a sua intensidade.

A abordagem de Mott estabeleceu uma crítica contundente à historiografia nacional tradicional, enquanto autores clássicos, como Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, que privilegiaram o litoral açucareiro e os grandes ciclos econômicos como motores da colonização, Mott reivindica o protagonismo das regiões interiores e da pecuária na configuração do Brasil colonial, sua leitura é revisionista, quantitativa e conectada com fontes primárias, o que lhe permitiu não apenas preencher

lacunas da história mas também desconstruir mitos e concepções sobre a sociedade piauiense. Ele adotou uma abordagem metodológica que dialoga com os fundamentos da Nova História Social, essa vertente historiográfica, que ganhou força a partir das décadas de 1970 e 1980, propôs uma renovação das formas de se fazer história no Brasil, com maior atenção às estruturas sociais locais, à demografia histórica, à vida cotidiana e aos sujeitos marginalizados pelas grandes narrativas, embora Mott não cite diretamente todos os nomes ligados a esse movimento, é evidente em seu trabalho a influência de autores como Maria Odila Leite, João José Reis e Laura de Mello, na tentativa de uma “*depuração histórica*” propõe novas leituras a partir de dados estatísticos, censitários e administrativos até então negligenciados.

Por fim, a contribuição de Luiz Mott não se resume à reconstituição de uma economia pastoril. Seu trabalho oferece uma nova chave interpretativa para o entendimento do Brasil colonial: um território heterogêneo, onde diferentes formas de dominação, trabalho e resistência coexistiram e se manifestaram de maneira específica. A escravidão, longe de ser fenômeno exclusivo das áreas litorâneas ou do açúcar, mostrou-se igualmente estrutural nas regiões interioranas, moldando relações sociais, familiares e econômicas, ao reposicionar o Piauí como peça ativa do mosaico colonial, “*Piauí Colonial*” tornou-se uma obra essencial para compreender a pluralidade de experiências históricas que formaram o Piauí.

Apesar de reconhecer a relevância dos trabalhadores escravizados na economia, as pesquisas apontam para uma dualidade no sistema escravista. Essa dualidade refere-se à existência de diferentes condições de trabalho e qualidade de vida entre o cativo público e privado. Essa perspectiva é abordada de maneira mais enfática nos estudos de Tanya Brandão e Miridam Falci, que serão vistas a seguir.

Em “*O Escravo na formação social do Piauí*”, publicado em Teresina, pela Editora da Universidade Federal do Piauí, em 1999, Tanya Brandão deu continuidade a analisar o trabalho escravo nas fazendas. Tanya Maria Pires Brandão é graduada em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), concluindo sua licenciatura em 1974 no ano seguinte, ela concluiu uma especialização em Metodologia do Ensino Superior na Universidade Federal do Ceará (UFC), em 1975. Em 1980, concluiu seu mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1984, com a dissertação “O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII”¹⁰,

¹⁰ O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII, publicada pela Editora

orientada pelo Prof. Armando Souto Maior. No início da década de 1990, obteve seu doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), em 1993, atualmente, Brandão atua como professora titular ou adjunta no Departamento de História da UFPE, onde orienta dissertações e teses em História do Brasil, com ênfase no Nordeste Colonial.

Tânia Brandão propõe uma análise da presença e do papel do trabalho escravo na formação da sociedade piauiense entre os séculos XVII e XIX, no que tange à subsistência agrícola, à pecuária, à manufatura de utensílios, ao trabalho doméstico e aos cuidados com o gado, autora demonstra que a escravidão foi “uma instituição perfeitamente consolidada no sertão do Piauí até o século XIX” e analisa como esse sistema moldou as relações sociais e econômicas da capitania. A obra é dividida em vários capítulos, que abordam desde a política colonial portuguesa no Nordeste até a hierarquia social local, examinando a constituição do Estado, a formação da elite, as formas internas de resistência escrava e as fundações do sistema agrário.

Em sua análise sobre a escravidão no Piauí, contribui para a compreensão de um sistema escravocrata que, embora inserido nas dinâmicas gerais da escravidão brasileira, apresentava particularidades sociais, econômicas e culturais significativas, a autora sustenta que, na província, a escravidão assumia contornos menos voltados à lógica da produção econômica intensiva e mais associados a um sistema de valores sociais e de prestígio, ou seja, ter um escravo não era apenas uma necessidade produtiva, mas também um símbolo de distinção social:

No Piauí, a escravaria não era privilégio de grandes senhores. É certo que existia concentração de escravos em poder de alguns fazendeiros ou de pessoas proprietárias de bens em geral. Entretanto, de acordo com os inventários, observa-se que foi comum e acessível à população em geral investir na compra de escravos, já que apenas em quatro dos sessenta e um inventariados não constam cativos. Isto significa dizer que não havia uma relação direta com o interesse de acumulação de bens, mas uma relação muito mais social na posse do escravo, não apenas alívio de trabalho braçal, mas uma ostentação de posição social. (pag. 154)

Nesse contexto, possuir cativos funcionava como uma demonstração de poder e status perante a sociedade, sobretudo num ambiente onde a atividade predominante demandava relativamente “pouca mão-de-obra escravizada”, resultando em uma

Gráfica da UFPI em 1999, e reeditada em 2015 pela EDUFPI, trata-se da versão revisada de sua dissertação de mestrado (1984), convertida em livro.

participação limitada dos escravizados no manejo do criatório. Sua principal utilização ocorria em tarefas consideradas mais pesadas. De tal modo, ela desloca o olhar para a diferenciação do cativo público e privado:

Quando se pretende estudar o funcionamento da escravidão no Piauí, faz-se necessário observar, em primeiro lugar, que, de acordo com o tipo de proprietário, existiam pelo menos dois grupos de escravos: um composto de cativos pertencentes à coroa e outro que abrangia os de propriedades de particulares. Esse fato provavelmente implicaria na vigência de pelo menos dois tipos de tratamentos. (BRANDÃO, 1999, p. 158-160).

A autora traz a noção de que nas propriedades privadas a violência se fazia mais presente pelo fato de os senhores estarem sempre nas fazendas, monitorando o trabalho realizado, já os escravizados públicos administrados pela coroa ou pelos jesuítas, desfrutavam de uma certa liberdade. Enquanto os escravizados do fisco em Oeiras poderiam receber tratamento quando necessitavam, os escravizados das fazendas particulares dependiam dos seus senhores para realizar o pagamento do tratamento.

Quanto ao tratamento dispensado ao escravo do fisco, ocorria fato interessante que provavelmente implicaria em forma menos violenta. A administração dos bens reais foi, nesse período, função muito disputada pelos habitantes da Capitania. Em face dessa concorrência, seus administradores obrigavam-se a zelar não apenas pelo rebanho bovino, mas pela massa de cativos. Chegando ao conhecimento do governador a divulgação de qualquer temeridade cometida pelos inspetores, poderia implicar a demissão do administrador. (pág 160)

A autora trata essa distinção não apenas como uma diferenciação de propriedade, mas como algo que impactava diretamente as formas de trabalho, controle e integração dos escravizados no tecido social e econômico da região, explicando que essa diferenciação implicava formas distintas de tratamento e condições de vida, os escravos da Coroa recebiam cuidados médicos em hospital mantido pelas fazendas reais, como o existente em Oeiras. Esse hospital tinha inclusive cirurgião nomeado (Dr. Francisco José da Costa Alvarenga), conforme consta em documento oficial de 1778. Já os escravizados das propriedades particulares só podiam ser tratados nesse hospital mediante pagamento, além disso, aponta que esses cativos estavam mais sujeitos ao arbítrio de seus senhores, com pouca ou nenhuma intervenção pública nas punições e castigos físicos aplicados, o que reforça o controle total dos senhores sobre a vida e a integridade dos cativos em suas propriedades. Outro ponto ressaltado em sua análise é que os escravos da Coroa, por estarem vinculados ao poder público, podiam, em certas situações, reivindicar proteção

contra abusos, embora isso raramente resultasse em mudanças concretas, já os escravos das propriedades estavam totalmente subordinados à vontade do senhor, com poucas chances de recorrer a instâncias superiores. Essa diferença é perceptível também nos registros de denúncias e cartas, como observa a autora ao comentar casos de cativos que recorriam à justiça, especialmente os ligados a ordens religiosas ou instituições oficiais.

Portanto, a distinção entre esses dois grupos, segundo Brandão, revela as diferentes formas pelas quais o sistema colonial utilizava a escravidão como mecanismo de sustentação econômica e política. Os escravos da Coroa eram instrumento de poder administrativo, enquanto os escravos particulares eram força produtiva central nas estruturas agropecuárias. Essa análise reforça a tese de que a escravidão no Piauí, embora distinta das zonas canavieiras, mantinha os mesmos alicerces de violência, exploração e negação de direitos. A autora chama atenção para a contradição de um sistema que, ao mesmo tempo em que garantia juridicamente a propriedade privada dos escravos, legitimava sua apropriação pelo Estado em nome do “bem público”, essa prática criava tensões entre senhores e autoridades, principalmente quando os escravos devolvidos apresentavam lesões, doenças ou fugas recorrentes.

Outra perspectiva abordada pela autora está relacionada ao uso da violência:

De acordo com as fontes históricas, durante os séculos XVII e XVIII, distinguiu-se a sociedade por seu aspecto violento. É evidente que a agressividade da população resultou do processo colonizador. Na primeira fase, quando se iniciou o povoamento da região, foi exigido dos conquistadores, não apenas espírito aventureiro, mas a coragem e a audácia suficientes para dominar a natureza hostil, afugentar o índio bravo, relutante e acostumar a gaderia aos novos pastos. A própria luta pela sobrevivência e garantia de terra conquistada teve caráter violento. (página 89)

Ao relatar o uso da violência, a autora afirma que o castigo físico era tido como uma necessidade, não somente pela falta de disciplina, mas como meio para manter o sistema escravista, uma prevenção. A exemplo, em sua pesquisa, ela traz as penalidades que existiam na legislação da colônia que seriam aplicadas aos escravizados rebeldes, porém, as recomendações evitavam exageros nos castigos. Por esse motivo, como já ressaltado, os escravos do fisco eram castigados de forma menos violenta, pois caso chegasse ao conhecimento do governador, poderia resultar na demissão dos administradores que tivessem cometido tal ato, no entanto, sentiam-se na obrigação de zelar pela massa de cativos.

Em relação aos escravizados da propriedade privada, ela se baseia na carta de

Esperança Garcia¹¹ para reiterar que, ao ser destacado para trabalhar na residência das inspeções, o escravo estava sujeito a um tratamento mais violento. Nas fazendas, talvez se sentissem mais livres, embora provavelmente trabalhando em serviços mais exaustivos (BRANDÃO, 1999).

Dessa forma, apesar de reconhecer a violência, a autora se utiliza do argumento de que a pecuária não exigia muitos trabalhadores:

[...] ocorre que no Piauí, muito embora as riquezas fossem baseadas na posse de terras e animais, o que permitia lucros no comércio do gado e do arrendamento dos sítios, a posse da terra e do gado sem o domínio da força de trabalho não deixava de gerar de riquezas. Isso porque a pecuária exigia poucos braços, que não precisava necessariamente ser importados e escravizados. (BRANDÃO, 1999).

É perceptível que ainda há uma noção enraizada na afirmação da incompatibilidade do trabalho escravo com a economia. A própria autora, ao trazer dados sobre a atividade pastoreia, cita que, no Piauí, as fazendas e sítios possuíam 1.010 cavalos, 1.860 bestas e 50.670 cabeças de gado vacum, e 489 escravizados, esse gado era vendido nas regiões de mineração e produtoras de açúcar, sendo usado como força de trabalho no transporte e para fornecer carne como alimento. Isso evidencia a existência de um comércio dinâmico e bem-sucedido. Consequentemente, a demanda por mão de obra era presente, necessária para sustentar e expandir a pecuária.

No entanto, Tanya Brandão trabalhou de forma ambígua a respeito da presença da escravidão no Piauí, oscilando entre o mito da incompatibilidade entre escravidão e pecuária, e a manutenção de certos traços de um discurso paternalista sobre as relações sociais. Por um lado, a autora afirma a escravidão existiu de forma marcante nas fazendas de gado do Piauí, ainda que com características próprias, demonstra com base em registros históricos, que os cativos atuavam em funções como vaqueiros, lavradores e artesãos, sendo parte essencial da força de trabalho nas propriedades rurais, ao abordar essas funções.

A autora também reforça certos elementos de paternalismo senhorial, quando descreve as relações entre senhores e escravos em termos que suavizam os mecanismos

¹¹ Esperança Garcia era uma escravizada da fazenda Algodões, pertencente a Domingos Afonso Mafrense, localizada na cidade de Oeiras, primeira capital do Piauí. A sua carta foi escrita direcionada ao Governador da Capitania do Piauí e do Maranhão. Esperança denunciava os maus tratos que sofria juntamente com seus filhos e companheiros, também reivindicava retornar ao seu lugar de origem. Através da sua carta, conseguiu demonstrar a condição do escravizado, além de ser considerado um ato de resistência.

de violência e dominação. Por exemplo, ao destacar que os escravizados viviam em unidades domésticas dispersas, em contato direto com as famílias senhoriais, a autora sugere que havia uma maior proximidade afetiva e moral nessas relações — ideia central do mito do “senhor bom”, comum em parte da historiografia tradicional inspirada em Gilberto Freyre.

A própria menção ao “padrão paternalista” como uma referência positiva, embora ausente, já denota um certo grau de reprodução desse paradigma, ao invés de uma crítica frontal. Ao destacar a ausência desse modelo como um agravante da situação do escravizado, a autora, ainda que involuntariamente, legitima o modelo paternalista como algo menos opressor ou mais “humano”. Além disso, o fato de afirmar que muitos senhores possuíam poucos cativos, reforça a ideia de que a escravidão no Piauí era “branda” ou mais diluída nas relações cotidianas, o que, por sua vez, pode atenuar a percepção da brutalidade do sistema: “No Piauí, a escravaria não era privilégio de grandes senhores [...] havia uma relação muito mais social na posse do escravo, não apenas alívio de trabalho braçal, mas uma ostentação de posição social” essa leitura, ao dar ênfase ao valor simbólico da posse de escravos e à pequena escala da exploração, diminuía a centralidade da violência como base estrutural da escravidão, o que dialoga com a permanência de um imaginário paternalista.

Em síntese, embora Tanya Brandão contribua para romper com o mito da incompatibilidade entre escravidão e pecuária ao evidenciar a importância dos cativos nas fazendas piauienses, ela também reproduz elementos do discurso paternalista ao suavizar aspectos da violência cotidiana e ao tratar o convívio entre senhores e escravos de forma relativamente harmônica em certas passagens. Essa ambivalência revela tensões internas no próprio texto, refletindo um campo historiográfico em transição entre a crítica estrutural à escravidão e a permanência de resquícios de interpretações mais tradicionais.

Em *Escravos do Sertão*, fruto de sua tese de doutorado pela Universidade de São Paulo, Miridam Falci (1995) volta o olhar para as relações escravistas. Miridan é historiadora graduada em História e Geografia pela antiga Faculdade Nacional de Filosofia, obteve o mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1982 e doutorou-se pela Universidade de São Paulo (USP) em 1992. Em 1995, realizou pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em Paris, onde aprofundou suas pesquisas sobre mortalidade escrava, ampliando sua abordagem comparativa e demográfica. A carreira docente de Miridan Knox Falci foi desenvolvida sobretudo na UFRJ, onde atuou entre 1970 e 1997, nesse

período, além de formar gerações de historiadores, participou da elaboração do *Atlas Histórico Escolar do MEC*, um projeto que marcou época na educação brasileira. Também publicou diversos artigos sobre temas como infância, mulheres sertanejas e relações sociais no Brasil do século XIX.

A autora aborda como ponto central a proximidade entre as classes: Senhor X Escravizados, o batizado e do compadrio entre ambos, fortalecendo o consenso e a contratualidade que se deslocavam para além do espaço produtivo, tanto no espaço público, como no espaço privado:

Acreditamos que o apadrinhamento por pessoas livres não foi um ato de vontade única do escravo ou escrava que batizava o filho. Deve ter havido interesse da parte do senhor e do escravo na escolha do padrinho e em caso de divergência predominaria o escolhido pelo senhor. Ser padrinho significava dar roupa para a mãe e a criança, comprometer-se com a orientação daquele ser, protegê-lo, comparecer ao ato do batismo demonstrando uma inegável capacidade de estar junto aos negros sentindo a sua proximidade, coisas tão indesejáveis numa sociedade escravista. Se os batizados dos livres eram feitos em primeiro lugar, seguidos daqueles dos escravos como nos apontam os registros, esses mesmos livros nos assinalam que no mesmo dia se davam os batizados de filhos de senhores e de escravos daquele senhor, demonstrando naquela cerimônia uma unidade entre os dois grupos (FALCI, 1995, p. 104).

Ao destacar essa presença do padrinho como uma demonstração de “proximidade” e até de “proteção”, Falci abre espaço para uma leitura que suaviza o caráter coercitivo das relações escravistas, conferindo-lhes uma aparência de laços afetivos ou morais, ainda que subordinados. Além disso, ao afirmar que o batismo de filhos de senhores e de escravos ocorria no mesmo dia, em uma mesma cerimônia, a autora enfatiza uma “unidade simbólica” entre os dois grupos sociais, mesmo reconhecendo a hierarquia expressa na ordem dos batismos. Essa aproximação ritual pode ser lida como uma tentativa de mostrar que existia uma convivência mútua e uma inserção do escravizado no mundo social do senhor, um argumento frequentemente utilizado pelas correntes paternalistas da historiografia tradicional, marcada por afetividade e integração.

Ainda que Falci reconheça os interesses de poder por trás do apadrinhamento, ao empregar termos como “proximidade” e “proteção”, ela reforça, mesmo que de forma involuntária, o imaginário do senhor benevolente, que exerce sua autoridade não apenas com violência, mas também com "zelo" pelos cativos, um traço central do discurso paternalista, essa narrativa, ao destacar aspectos simbólicos e aparentemente “humanizadores” da relação escravocrata, pode contribuir para atenuar, na percepção do leitor, a brutalidade e o caráter essencialmente violento da escravidão.

Falci retorna a dicotomia presente nos escritos de Tanya Brandão, fazendo a

diferenciação entre as fazendas nacionais e as fazendas privadas. Afirma que os escravos do fisco possuíam mais liberdade e possuíam a jornada de trabalho mais amena:

“Acreditamos que o mito das relações “brandas”, do trabalhador escravo vivendo livre pelas campinas atrás do gado, adviesse mais dessas fazendas nacionais, onde passaram Spix e Martius e Gardner e encontraram “sertanejos fortes e saudáveis advindos do uso constante de carne e do leite [...] tivessem passado nas fazendas de particulares suas impressões teriam sido diferentes em relação ao trabalho escravo. Usando uma expressão corriqueira, diríamos que esses escravos eram “escravos funcionários públicos”. (FALCCI, 1995).

A autora também levanta um questionamento: se o número de escravizados estava além do necessário poderia gerar preocupação ao governo, podendo ele transferir escravizados para outras propriedades, caso identificassem alguma ociosidade, pois assim reequilibravam a demografia das fazendas. Na diferenciação das formas de cativo, Falci aponta que, na análise das documentações do século XVIII e XIX, fica evidente que nas fazendas nacionais “o escravo sempre cresceu, ao contrário do gado, que sempre diminuiu” (FALCI, 1995, p. 182).

Segundo a autora, os escravizados alforriados após conseguir a carta alforria, especificamente os das fazendas nacionais, continuavam nas fazendas com os outros escravizados, demonstrando um quadro de benevolência e amparo, pois possuíam boas condições de vida, podendo plantar para consumo próprio. Reiterava também que os escravos do fisco demonstravam melhores condições de trabalho, e laços afetivos. A autora em toda sua obra deixa muito evidente o reforço do paternalismo e que a memória do trabalho escravo permanecia em um local minimizado.

Em uma das primeiras obras a trazer uma visão diferente e desvelar a violência dominante nas fazendas públicas e contrária ao sistema paternalista, Solimar Oliveira Lima, em *Braço Forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí – (1822-1871)*, publicado em Passo Fundo (RS), pela Editora da Universidade de Passo Fundo, em 2005, traz como foco de sua pesquisa as condições dos trabalhadores escravizados nas fazendas e a pecuária, destacando a importância da mão de obra escrava para a economia, a dominação e a exploração dos trabalhadores.

Desde sua formação inicial em economia, Solimar ampliou seu horizonte para abranger a história acadêmica, o direito e os direitos humanos. Graduou-se em Ciências Econômicas pela UFPI em 1985, ingressou na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), onde concluiu o mestrado em 1993 e o doutorado em História em 2001. Sua tese de doutorado, *Braço Forte: Trabalho Escravo nas Fazendas da Nação*

no Piauí, 1822–1871, orientada por Dorivaldo Walmor Poletto, tornou-se referência na análise das fazendas públicas no século XIX.

Após a defesa do doutorado, formou-se também em Direito pela Faculdade Maranhense São José dos Cocais em 2013, abrindo espaço para uma atuação que combinou história e legislação sobre escravidão, direitos civis e raciais. Em 2016-17 realizou pós-doutorado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), renovando sua investigação sobre o legado da escravidão e a organização social piauiense contemporânea. Atualmente, é Professor Titular da UFPI, e atua junto ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura da UESPI. Como pesquisador do núcleo Ifaradá (Africanidades e Afrodescendência) da UFPI, concentra-se em estudos sobre escravidão colonial, direitos humanos e as dinâmicas contemporâneas que ainda marcam a população negra.

Uma de suas obras mais significativas, *Braço Forte* (2005), oferece uma análise densa do trabalho escravo nas fazendas públicas do Piauí, revelando estruturas produtivas, mecanismos de disciplina, resistência dos cativos e a rotina escravocrata em contextos rurais dispersos, o autor rompe com a ideia de “escravidão branda, mostrando que mesmo na vastidão sertaneja havia formas rígidas de controle, uso de violência e exploração, física e psicológica. Além disso, destacou a centralidade das mulheres escravizadas nos roçados das fazendas, uma nuance frequentemente invisibilizada. Com base em registros de 1854, demonstrou que a maioria dessas atividades agrícolas era desempenhada por mulheres e crianças, evidenciando um padrão de exploração diferenciada por sexo, uma abordagem rara no contexto historiográfico rural brasileiro

Profundo conhecedor da historiografia piauiense, Solimar dialoga com diversos autores enriquecendo o debate regional, abordando relações de poder simbólicas e econômicas, além de redes de resistência que iam desde fugas a formas coletivas de sociabilidade escrava.

Lima construiu uma carreira multidisciplinar que reflete sua preocupação em compreender profundamente as raízes e os efeitos da escravidão no Piauí. Seu legado é marcado pela crítica aos mitos da benignidade escravista, pela análise empírica rigorosa e pela defesa de uma história comprometida com a pluralidade social e o reconhecimento dos sujeitos historicamente marginalizados.

Segundo o autor, nas fazendas públicas, foi estabelecida e organizada uma produção escravista que se dedicava sistematicamente a várias atividades produtivas com o objetivo principal de comercialização. Essa estrutura mercantil se baseava

exclusivamente no trabalho escravizado, em que o trabalhador cativo era tão essencial para a produção pastoril quanto para todas as outras atividades desenvolvidas nas fazendas. A predominância na produção de mercadorias e o uso generalizado do trabalho escravo levaram a que apenas uma minoria de propriedades rurais no Piauí fossem uma exceção, confirmando, na verdade, a norma do escravismo predominante no país (LIMA, 2005).

Lima também se contrapôs à ideia de que nas fazendas nacionais a fiscalização era frouxa e que os trabalhadores se acomodavam à leve jornada de trabalho. Através das denúncias e queixas dos trabalhadores escravizados à conduta dos administradores das fazendas, fazia-se perceber a violência e castigos violentos:

“O cotidiano das propriedades era marcado por permanentes tensões, que evoluíam quase sempre para conflitos, diante das exigências de submissão e da violência praticada por inspetores e criadores.”
(LIMA, 2005, p. 58)

Essa prática da violência se “explicaria” pelo controle por parte dos administradores para manter a estabilidade das relações escravistas, estava presente em diferentes níveis e formas: desde os castigos físicos aplicados por inspetores e criadores, até os mecanismos simbólicos de controle como o medo, o confinamento, a desumanização no trabalho e a separação familiar, um dos exemplos do mecanismo de controle seria o sistema de quarta descrito pelo autor que também se apresentava como uma forma de controle psicológico, servindo como forma de disciplina:

“Na prática, o sistema tinha mais efeito psicológico que econômico. A acumulação decorrente da ‘quarta’ foi insignificante. O gado, no geral, transformou-se em matalotagem para consumo dos trabalhadores e, quando não, foi reincorporado ao patrimônio do senhor” (LIMA, 2005, p. 110).

Essa atitude visava manter a escravidão e manter os cativos preso ao sistema, pois a subjetividade dos escravizados era um aparato para serem controlados pelos senhores, ou seja, uma “falácia”, o autor aborda sua função ideológica, que era menos sobre benefício real e mais sobre controle psicológico, a ilusão de ganho individual enfraquecia resistências e dava aos senhores um argumento de “benevolência” que, na prática, sustentava a estrutura escravocrata.

O autor discorda da tese da diferenciação do tratamento e das condições de trabalho das fazendas públicas e privadas empregadas por Tanya (1999) e Miridam (1995), demonstrando todo o conjunto de tarefas que eram desenvolvidas pelos trabalhadores nos dois locais. Assim, afirma que todos estavam a serviço do mercado e

se opõe à teoria de que nessas fazendas havia uma frouxa fiscalização e, por isso, os trabalhadores se acomodavam. Nesse sentido, ele descreve um panorama da escravidão no Piauí, destacando como os escravizados contribuíam e estavam presentes em várias atividades nas propriedades. Além disso, destacou a centralidade das mulheres escravizadas nos roçados das fazendas, algo que foi por muito tempo invisibilizado. Com base em registros de 1854, demonstrou que a maioria das atividades, bem como as agrícolas era desempenhada por mulheres e crianças, evidenciando um padrão de exploração diferenciado por sexo.

Ainda para o autor, a historiografia piauiense analisou o trabalho dos escravizados da nação como sendo apenas atividade pecuarista, eles não se dedicavam apenas ao criatório, como ressaltado existiam variadas atividades produtivas, com a finalidade da comercialização, assim, nessa estrutura produtiva, não se trabalhou pouco, demandava muito trabalho, no entanto, se utilizavam de diferentes mecanismos de exploração e dominação dos escravizados.

O texto retrata a natureza dessas relações, abordando as práticas de castigos brutais e a utilização da violência como meio eficaz de controle para manter a ordem das relações escravistas. Nesse prisma, os casos de violência poderiam ser percebidos através das denúncias e queixas realizadas pelos próprios escravizados, pois eram permitidas denúncias aos escravos da nação. Solimar também chama atenção para a naturalização da violência sobre corpos negros e pobres, inclusive no contexto institucional, a punição era vista como uma prática pedagógica, necessária à manutenção da disciplina e da ordem dentro do cativeiro. Mesmo em espaços como o hospital ou a cadeia, onde se poderia esperar algum grau de proteção ou cuidado, o tratamento dispensado aos escravizados seguia marcado pelo abandono e pela negligência, como mostram os casos de cativos internados e posteriormente esquecidos pelos senhores.

A violência, apesar de dominante, não era incontestada: os escravizados resistiam através de fugas, desacato, desobediência velada e outras formas de oposição reafirmando sua condição de sujeitos históricos mesmo diante da repressão. Contudo, a violência no sistema escravista piauiense não era exceção, mas regra e fundamento, sendo empregada para manter a produtividade, o controle social e a própria lógica da escravidão.

Com essas obras forma-se a historiografia clássica, onde os mesmos estabeleceram fundamentos da discussão sobre as relações escravistas na formação social. Os conteúdos dessas publicações são voltados para o meio rural e revelaram a predominância da violência na forma de controle e punição dos escravizados.

O legado deixado pelos historiadores anteriores impõe certo consenso sobre as experiências dos escravizados nas fazendas e sítios do Piauí, entretanto, apesar de sólido e indiscutível avanço destes registros historiográficos, surgiram novas pesquisas e estudos no intuito de intensificar esses debates e retomar as relações cotidianas dos escravizados no Piauí, pesquisas essas que serão analisadas no próximo capítulo.

2.2. A HISTORIOGRAFIA E A VISÃO DO MUNDO RURAL

A dinâmica das relações escravistas no Piauí foi profundamente influenciada pelo caráter rural da economia local, as relações entre senhores e escravizados no Piauí eram marcadas por uma proximidade física e uma interdependência econômica, nas fazendas de gado, por exemplo, os escravizados desempenhavam funções variadas, desde o cuidado com o gado até o trabalho nas plantações, embora houvesse uma hierarquia explícita entre senhores e escravizados, as relações no mundo rural piauiense eram permeadas por negociações e tensões, os escravizados, poucas vezes, conseguiam estabelecer certos espaços de autonomia, seja através da prática de pequenos cultivos para subsistência, seja através da manutenção de laços comunitários dentro das fazendas.

A região do Piauí conhecida por suas grandes propriedades rurais, necessitava de mão de obra para manter as atividades produtivas, as atividades eram realizadas essencialmente pelos negros escravizados, que durante todo o processo eram explorados e submetidos a condições extremamente precárias, muitos desses trabalhadores foram retirados de suas famílias e realocados em propriedades onde eram forçados a trabalhar, muitos sofriam maus-tratos, incluindo violência física e psicológica.

As fazendas, consideradas o centro da economia piauiense, eram controladas por uma elite rural que detinha o poder econômico e político na região, a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários contribuía para a manutenção de um sistema de exploração e de desigualdade social, o trabalho escravo que se estendeu até o século XIX se deu de forma violenta, com exploração demasiada, e sem dúvidas mantinham o sustento da economia.

Para iniciarmos a análise em relação aos debates sobre a escravidão no Piauí, retomaremos as raízes do processo colonizador, com o objetivo de entender o cenário geral que o Piauí se encontrava no momento da implantação da mão de obra negra, para tanto, dediquei-me a fazer uma breve análise de como e por quais meios, os colonizadores vieram para os solos piauienses e começaram a exploração da mão de obra negra.

2.2.1. A INSERÇÃO DA MÃO DE OBRA ESCRAVA NO PIAUÍ

Durante o século XVIII e ao longo da primeira metade do século XIX a busca por terras era incessante, os portugueses desbravavam e invadiam territórios a procura de indígenas e terras, com o intuito de implantar a pecuária e outras atividades como a agricultura e o trabalho escravo, nesse contexto, surgiram as primeiras fazendas de gado nos solos do que mais tarde se chamaria Piauí. Esse processo de ocupação se iniciou pelo leste e sul do território nas margens dos rios Piauí, Canidé, Gurgueia e Paraim, e posteriormente no rio Parnaíba, porém, ainda há várias especulações sobre o início do desbravamento.

Bandeirantes paulistas adentraram nas terras inicialmente tendo como principal objetivo o aprisionamento de índios, onde acabavam por guerrear com as populações locais. Segundo o Padre Miguel de Carvalho em *Descrição dos Sertões do Piauí*, as dificuldades que esses colonizadores encontraram foram principalmente:

Este rio Parnaíba é muito grande. [...] Quase todo capaz de navegar, de criar gado, e não estão povoadas por causa do muito gentil bravo que, na beira dele habita. Alguns moradores meteram lá gados, e se retiraram com medo; e os que moram nas fazendas acima ditas, andam sempre em contínua guerra, e muitos perderam as vidas às mãos daqueles bárbaros, por cuja causa se não tem aumentado muito esta povoação pelas beiras daqueles famosos rios Parnaíba e Gurgueia, os quais são abundantes de pastos e várias frutas como são mangas, jenipapos, araticuns e outras muitas agrestes de que usam os gentios e os brancos em necessidade.¹²

Esses “empecilhos” para os portugueses, ainda estiveram presentes por bastante tempo, pois os nativos indígenas resistiam à invasão, porém, quando capturados eram explorados e lhes cabiam exercer tarefas como empreitadas militares e afazeres do dia a dia. A quantidade de populações indígenas ainda era incerta, visto que há poucos estudos sobre essas populações indígenas.

O marco inicial dessa colonização no Piauí, é que desde o início as fazendas de gado foram definindo a forma de ocupação do território, assim como a distribuição dos colonizadores e dos escravizados no sertão piauiense¹³. Parte do povoamento também tem ligação direta com a casa da torre e as pessoas que estavam associadas a ela. Fundada e

¹² CARVALHO, Miguel de. (Padre). *Descrição do Sertão do Piauí*. 2. ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2009. P. 43-44.

¹³ MOTT, Luiz. *Piauí Colonial. População, economia e sociedade*. 2.ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2010. p. 54.

administrada pela família Ávilla, vindos da Bahia que tinham como meta, bancar aventureiros para captura de nativos e expandir a pecuária, as primeiras sesmarias foram solicitadas por eles, ao longo desse processo, tivemos o massacre dos índios Gueguês, que resultou no devassamento e na conquista da parte sul do Piauí.

Desse processo também houve a doações de terras, onde iniciou o ciclo dos criadores de gado na área que se formava o centro das decisões administrativas da capitania do Piauí. Segundo Odilon Nunes em: *Pesquisas para a história do Piauí*: passados quatro meses de massacre dos “pobres nativos” o governante de Pernambuco Dom Pedro de Almeida “concede as primeiras sesmarias em território piauiense a Domingos Afonso Mafrense, Julião Afonso Serra, Francisco Dias D’Ávila e Bernardo Pereira de Gago”. Vinculado à Casa da Torre Domingos Afonso Mafrense, suas várias incursões lhe fizeram lucrar 30 fazendas, grandiosos hectares de terras, onde uma delas tornou-se a vila da Mocha, posteriormente, primeira capital do Piauí com o nome de Oeiras.

Em julho de 1711, já com idade avançada, o sertanista faleceu e deixou um grande legado, suas posses de terras em testamento para os padres inacianos, além das 30 fazendas possuía outros terrenos produtivos. Em 1760, essas propriedades passaram a ser administrada pela Coroa Portuguesa, onde sua nomenclatura passou a ser: Fazendas do Real Fisco, e foram divididas em três inspeções: Canidé, Nazaré e Piauí, com o fim dos laços coloniais as propriedades tornaram-se nacionais ou da Nação.¹⁴

Domingos Sertão colaborou para dois processos marcantes e históricos no Piauí que se resumem na ocupação das terras e na inserção do trabalho escravo, declarou em seu testamento que tinha “ocupado muitos sítios, com gados meus, incluindo vacum, cavalar e os que eram fornecidos com escravos, e cavalos e o que fosse necessário”.¹⁵

A doação de sesmarias abrangia também grandes extensões de terras, essas concessões também beneficiaram outros colonizadores onde se estenderam por um século. Essa prática fazia com que esses domínios estivessem nas mãos de um pequeno grupo, prática que permaneceu até o século XIX, onde havia a concentração não só de terras, mas também de poder político nas famílias beneficiadas. Diante da imensidão do território e o difícil controle das terras, originou-se as primeiras oligarquias no Piauí, onde

¹⁴ Para mais informações ver LIMA, 2005; FALCI, Miridan Brito Knox. *Escravos do Sertão*: demografia, trabalhos e relações sociais. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

¹⁵ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Cronologia histórica do estado do Piauí*: desde os seus tempos primitivos até a Proclamação da República. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. P. 45.

a fazenda foi o núcleo que passou a sustentar as bases do desenvolvimento social da região.

Para firmar essa ocupação de terras, intensificou-se o uso das pastagens e a criação do gado, gerando conflitos entre fazendeiros e posseiros, o que marcou todo o período colonial. Nessa dinâmica de disputas constantes prevalecia o uso da violência, onde se era utilizado à força e coerção, aspectos que marcaram significativamente a história do Piauí. O que se mostra documentalmente é que todas as vilas instaladas tiveram suas origens nas fazendas de gado, logo, a pecuária se instituiu como a principal atividade econômica dentro das fazendas, consolidando a economia e marcando as relações sociais desde o século XVII ao XIX, provocando principalmente tensões e conflitos pela concentração de terras e disputas de poder (MOTT, 1985).

Com o crescimento das fazendas e o aumento do número das criações de gado, houve maior necessidade de mão de obra para suprir os afazeres cotidianos, além dos vaqueiros que lidavam diariamente com o gado, foi inserida a mão de obra essencialmente negra, logo, a pecuária sustentou eminentemente o trabalho escravo. Nesse ambiente também estavam presentes os libertos, homens livres pobres, escravizados, onde os mesmos dividiam experiências dentro desses espaços.

2.3. AS RELAÇÕES ESCRAVISTAS

Como descrito, a escravidão esteve presente no Piauí desde o início da colonização, tanto a indígena que contribuiu para acirrar conflitos entre as populações locais tendo como consequência a diminuição significativa dos nativos, como a escravidão negra com mão de obra utilizada nas fazendas e nos currais piauienses, a mesma foi marcada por uma dispersão geográfica dos cativos, que eram utilizados principalmente em fazendas de gado e em pequenas propriedades rurais.

No Piauí, a pecuária se instituiu como a principal atividade econômica dentro das fazendas, consolidando a economia e marcando as relações sociais do século XVII ao XIX, provocando principalmente tensões e conflitos pela concentração de terras e disputas de poder, com o crescimento das fazendas e o aumento do número das criações de gado, houve maior necessidade de mão de obra para suprir os afazeres cotidianos, além dos vaqueiros que lidavam diariamente com o gado, foi inserida a mão-de-obra essencialmente negra, no entanto, escravidão não pode ser entendida apenas como um sistema econômico, mas também como um elemento central na formação da sociedade

piauiense, pois contribuiu para a construção de uma identidade piauiense, marcada pela miscigenação e pela convivência entre diferentes grupos étnicos.

Em “*Descrição do Sertão do Piauí*”, Padre Miguel, relata nome de cidades, e a quantidade de habitantes e de pessoas escravizadas. Em Oeiras a capital do Piauí havia 3.615 habitantes, destes 1.549 eram escravizados. Vale ressaltar que grande parte dos escravizados vinha de várias regiões por contrabando, negociados através de rotas, principalmente a rota do litoral, onde hoje se localiza o Delta do Parnaíba Segundo Falci, durante o período colonial, a composição étnica dos cativos era variada, com predominância de sujeitos vindos da região do Congo, devido à divisão geográfica entre as duas Companhias de Comércio que atuavam em diferentes regiões (FALCI, 1999: 41).

A separação das famílias era uma das maiores marcas da experiência da escravidão nas fazendas. Escrivães e senhores de fazenda frequentemente separavam casais e filhos para atender a demandas específicas de trabalho ou para aumentar o número de escravizados em diferentes áreas da fazenda. Assim, muitos cativos eram levados para outros locais de trabalho ou vendidos para diferentes senhores, o que resultava em famílias fragmentadas. Embora a lei garantisse a preservação de algumas relações familiares entre os cativos, como o casamento e a manutenção de alguns laços parentais, as práticas cotidianas nas fazendas nem sempre seguiam esses preceitos, já que as separações forçadas eram comuns.

Em meados do século XIX, a prática do tráfico interprovincial no Piauí foi intensificada, mesmo beirando a abolição da escravidão, essa prática foi essencial para suprir a mão de obra necessária em alguns setores, portanto, eram transferidos de uma província para outra:

A tendência que estava atingindo a Província para a redução de pessoas livres à escravidão causou preocupação ao presidente que enviou esse mesmo ofício para todas as comarcas da província a fim de evitar a continuidade dessas práticas. Diante de tal preocupação por parte da administração provincial, somos levados a concluir que esses acontecimentos eram cotidianos e ocorriam em todo o território do Piauí. Essas práticas estavam profundamente relacionadas ao tráfico interprovincial na província, que embora não possuísse um grande número de escravos, também participou desse movimento.¹⁶ (pág. 204)

A venda de crianças não enfrentava grandes obstáculos, pois, no Piauí, especialmente após 1850, havia sempre agentes do tráfico interprovincial ativos. Esses indivíduos, geralmente originários de outras regiões, se estabeleciam em casas de pessoas

¹⁶ Dias (2023).

influentes ou em hotéis da província, onde compravam escravizados e realizavam negócios lucrativos. Era comum que os traficantes publicassem anúncios nos jornais locais, anunciando sua chegada à cidade e seus interesses em adquirir escravizados.

O tráfico interno também como todo contexto da escravidão foi marcado por violência excessiva, a venda de escravizados era exclusivamente visando lucros, mesmo que gerassem impactos na vida dos escravizados. Assim como no tráfico transatlântico, no tráfico interprovincial os escravizados eram separados de suas famílias, e teriam que se habituar as novas pessoas que também compartilhavam da mesma situação e à novas rotinas de trabalho. A compra de escravizados tinham algumas exigências por parte dos compradores, a historiografia mostra que os senhores das outras províncias preferiam os rapazes mais jovens, pois tinham mais disposição para carregamentos, também moças fortes e jovens que serviam para o trabalho como ama-de-leite.

Na análise de Tanya Brandão, pode-se concluir que a maioria dos habitantes do Piauí, durante o século XVIII, eram de “cor”, sendo o dobro da população branca, estando a maioria localizada na cidade de Oeiras, Campo Maior e Parnaíba regiões onde se localizava a maior produção de gado vacum, fonte para produção de riquezas e base econômica da província do Piauí. O que impulsionava a comercialização de gado nas fazendas do norte do Piauí, era a instalação de charqueadas, em 1781 chegaram a abater por ano 40 mil animais, tendo Parnaíba como responsável por um quarto da oferta piauiense.¹⁷

Outro aspecto está relacionado a agricultura que durante o século XVIII ganhava espaço, criando uma dualidade no modo de produção. As fazendas, na maioria das vezes, eram voltadas para o consumo interno, formaram um mercado local, já na metade do século XIX, constituindo uma transição de agricultura de subsistência para agricultura mercantil. Isso nos mostra que o trabalho escravo era exercido não exclusivamente para a produção e o manejo do gado (mesmo considerado como principal atividade econômica), mas também contribuiu para a agricultura que se manteve por um bom tempo como atividade secundária.

Segundo o historiador Alcebíades Costa, a população piauiense era em sua totalidade rural, as famílias residiam em fazendas situadas em áreas distantes umas das outras, a organização familiar, durante o período escravista, refletia a estrutura

¹⁷ LIMA, Solimar Oliveira. Trabalho escravo nas charqueadas do Piauí: uma aproximação. *Informe Econômico*, Teresina, a. 7, n. 15, p. 10-11, jun. 2003. cf. p. 11.

hierárquica da sociedade da época, com a distinção clara entre senhores e escravizados, e, dentro desse contexto, as famílias formadas por escravizados ocupavam uma posição subalterna e vulnerável. Ao tratar do trabalho escravo e dos sacramentos batismais e matrimoniais na Província do Piauí, Miridan Falci (1995) observou a formação de três tipos de família escrava: nuclear, matrifocal e solitária entre os escravos do sertão do Piauí¹⁸. A estrutura familiar no campo era moldada pela submissão dos escravizados aos desejos e necessidades dos senhores das fazendas, mas ao mesmo tempo era permeada por tentativas de organização interna e resistência.

Aos escravizados ficavam designadas algumas tarefas, as mesmas eram divididas por sexo e idade, na maioria das vezes, os homens exerciam o trabalho mais pesado na roça, as mulheres realizavam as tarefas domésticas, porém, segundo a historiadora Miridan Falci (1995), ambos exerciam as mesmas tarefas quando se tratava de serviços domésticos, costura, capina, roceiro, entre outras atividades.¹⁹ Segundo o censo de 1872 sobre a ocupação e os trabalhos exercidos pelos escravizados: costureiras: 1435 mulheres, operários: 509 mulheres e 167 homens, lavradores: 1579 mulheres e 4675 homens, criados e jornaleiros 555 mulheres e 1390 homens, serviços domésticos: 3316 mulheres e 1370 homens, sem profissão: 4447 homens e 4352 mulheres. Através dos dados podemos perceber que homens e mulheres realizavam atividades diversas, ou as mesmas atividades, exceto a costura era feita exclusivamente por mulheres. No meio rural a distribuição das tarefas conforme o gênero se fazia mais presente nas propriedades mais extensas, enquanto nas propriedades menores, os trabalhadores eram empregados de maneira igualitária em diversas atividades, o trabalho feminino ia de curraleiras a amansadoras de animais, já os homens desde os seis ou sete anos eram peadores e guias.

De acordo com Solimar Oliveira Lima, na composição sexual da população escravizada no Piauí, embora houvesse uma predominância masculina, as mulheres também tiveram uma presença significativa, especialmente um número considerável de meninas com menos de 12 anos, representando 36% do total de mulheres. A participação de mulheres e crianças nas atividades relacionadas à pecuária, em tarefas secundárias, ajudava a aliviar a carga sobre os homens escravizados, permitindo-lhes mais liberdade para realizar outras funções. A divisão de trabalho entre os sexos começava desde a

¹⁸ De acordo com Antonia Mota, as famílias nucleares são entendidas como as que são formadas pelo casal e um ou mais filhos. Aquelas formadas apenas pelo casal, são as famílias solitárias. As famílias matrifocais, apresentam apenas a mãe e seus filhos (MOTA, 2012).

¹⁹ FALCI, Miridan B. K. Escravos do Sertão: demografia, trabalho e relações sociais. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995. p. 125.

infância, com as meninas sendo ensinadas a fiar e costurar tecidos, enquanto os meninos cuidavam dos animais nos campos. No entanto, tanto as mulheres quanto os homens não se restringiam apenas às atividades domésticas ou agrícolas e pecuárias, podendo desempenhar diversas funções dentro da dinâmica da fazenda (LIMA, 2010, p. 79).

Segundo Alcebíades Costa Filho (1992), em sua pesquisa feita nas Listas de Classificação, entre 1872 a 1880, em um grupo de 4.097 escravizadas, 3.447 possuíam atividades definidas, 1.236 escravizadas eram roceiras, 976 desenvolviam a atividade de cozinha e 582 de costura. Ainda de acordo com o censo do Império Brasileiro de 1872, no Piauí havia uma quantidade de 23.795 escravizados, 11.945 homens e 11.850 mulheres, os municípios do estado que mais obtinham escravizados foram: Teresina, Jaicós, Valença e Barras.

A população escrava nas fazendas do Piauí tinha um perfil multifacetado, com uma organização social que refletia as particularidades da economia rural do estado. O trabalho nas fazendas de gado, nas charqueadas e outras atividades rurais formavam a base da economia piauiense, e a estrutura de poder entre senhores e escravizados era essencial para o funcionamento dessas propriedades. Os cativos, além de serem empregados no trabalho direto de campo, também desempenhavam papéis nas atividades domésticas e de apoio à produção, como o preparo de alimentos e a fabricação de utensílios. A condição dos escravizados era de total subordinação, mas isso não impedia que, dentro desse contexto, houvesse espaços para resistência e negociações com os senhores.

As resistências, embora muitas vezes ofuscadas, se inserem em um contexto amplo de contestação à escravidão, marcado por uma multiplicidade de formas de resistir que variavam entre a subversão cotidiana e os levantes mais explícitos. A historiografia nacional, em particular a de autores como Sidney Chalhoub e João José Reis, contribui significativamente para a compreensão desses fenômenos, proporcionando uma visão mais detalhada de como as práticas de resistência se manifestaram de diferentes maneiras em todo o território brasileiro, incluindo no Piauí. Conforme argumenta Chalhoub (1999), não se limitava aos grandes movimentos de revolta ou fuga, mas se manifestava também em formas mais sutis, como a resistência cotidiana. Esses atos de subversão, muitas vezes ignorados ou minimizados na historiografia. João José Reis (1996), destaca como essas pequenas resistências, embora silenciosas, foram vitais para a sobrevivência dos escravizados e para a preservação de sua identidade. No Piauí, a resistência se inseriu nesse contexto mais amplo, onde a negação de liberdade de movimentos e a imposição

de tarefas impossíveis se enfrentavam com táticas de resistência quase invisíveis aos olhos dos senhores.

Francisca Raquel em seu trabalho de mestrado, estudou e apresentou as principais formas de resistência, tanto dentro dos espaços públicos como nos privados, no contexto do século XIX, utilizando fontes retiradas do *Arquivo Público do Estado do Piauí*, nos Fundos do Poder Judiciário e Executivo do período delimitado. As fugas, uma das principais formas de resistência, são registradas constantemente. A partir desses registros é desvelada a violência, principalmente pelo aspecto físico que se encontravam os trabalhadores escravizados:

Podemos fazer duas leituras a partir das descrições encontradas nas fontes consultadas: se, por um lado, as cicatrizes e marcas de relhos nos escravos significavam a violência do sistema escravista no Piauí; por outro, eram sinônimo de resistência desses trabalhadores escravizados, isto é, quanto mais resistiam, mais apresentavam cicatrizes que simbolizavam os atos de resistência (COSTA, 2009, p. 19).

A autora destaca a violência física e psicológica como a principal forma de controle dos trabalhadores escravizados nos espaços privados, onde os senhores eram incapazes de lidar com algumas situações, pois acionavam a polícia para punir com castigos, como forma de reafirmar sua autoridade e poder, bem como a submissão do escravizado no sistema. A autora também analisa as pequenas formas de resistência inseridas no cotidiano durante o trabalho, ressaltando a vivência de homens e mulheres escravizadas e suas sociabilidades.

As fugas resultavam na formação de quilombos que também consistiam em estratégias de resistência. O Piauí, com suas vastas áreas rurais e zonas de difícil acesso, era um território onde as fugas para regiões remotas, como serras e matas, representavam uma das oportunidades de liberdade para os escravizados. Os pequenos núcleos de resistência, muitas vezes formados por grupos de cativos que fugiam das fazendas, eram uma realidade, no entanto, surgiam como um reflexo das tensões e do desejo de liberdade que caracterizava as relações escravas.

Reis (2003) enfatiza como as fugas e a formação de quilombos, embora muitas vezes tratadas de forma minimizada nas fontes históricas tradicionais, foram fundamentais para a contestação do regime escravista e para a preservação da cultura negra no Brasil. Clovis Moura, em seu livro denominado: *Quilombos: Resistência ao escravismo*, o autor apresenta, de forma precisa, a trajetória dos quilombos, para o autor, os quilombos surgiram como sinal de protesto às más condições que viviam, mas o negro quilombola era visto como sinal de rebeldia permanente contra o sistema escravista.

Existiam também as comunidades quilombolas que eram compostas de ex-escravos e podiam variar de diversas formas:

“Havia os pequenos quilombos, compostos de oito homens ou pouco mais; eram praticamente grupos armados. No recesso das matas, fugindo dos cativeiros, muitas vezes eram recapturados pelos profissionais de caça aos fugitivos.” (MOURA, 2021, P.24)²⁰

Eram denominados capitães-do-mato os responsáveis por procurar, mata a dentro, os escravizados fugidos, que se utilizavam do uso de violência durante as capturas dos fugitivos. Clovis Moura também se dedica a estudar a expansão desses territórios, ao banditismo, porém afirma que os quilombos no Brasil se constituíram a partir de contradições estruturais do sistema escravista e que acabavam por gerar conflitos sociais que eram frutos da negação do sistema por parte dos escravizados.

No Piauí, o cenário não foi muito diferente, mesmo diante de uma forte vigilância tanto nos espaços públicos como privados, havia a resistência dos escravizados que se refugiavam com o objetivo de garantir sua liberdade. Para Costa (2009, p. 56) “quando o escravizado cometia o ato da fuga, colocava-se de modo ativo em relação ao seu proprietário, bem como o próprio sistema escravista, reclamando assim o direito de ser livre”. Através da análise da formação dos quilombos no Piauí, percebe-se outros processos de resistência.

No livro “*Sertão Quilombola: comunidades negras rurais no Piauí*”, organizado por Solimar Oliveira Lima e Adelmir Fibani, onde reúne diversas pesquisas sobre a memória e os territórios quilombolas do Piauí, percebemos a construção histórica da memória coletiva dos moradores aquilombados, materializada em espaços de memórias representados por locais e elementos que se fixavam como lugares de memória, juntamente com a documentação inserida nos laudos antropológicos que permitem a análise do surgimento dessas comunidades. Portanto, a partir dos escritos, percebe-se que o processo de resistência se constituía como uma forma de rebeldia contra o domínio escravista. A resistência era uma forma de adequação ao sistema e uma espécie de contrato para melhorias de suas condições de trabalho.

Outro aspecto da resistência no Piauí foi a resistência religiosa, uma forma de contestação que, segundo a historiografia, permitiu aos escravizados manterem algum controle sobre suas vidas e sua identidade. A presença de práticas religiosas africanas,

²⁰ MOURA, Clóvis. Quilombos: resistência ao escravismo / Clóvis Moura. – 5ª ed. - Teresina : EdUESPI, 2021.

como o candomblé e a umbanda, e a organização de irmandades de cunho afro-brasileiro, foi uma forma de os escravizados se protegerem das pressões sociais e culturais impostas pelos senhores. Essas práticas religiosas não eram apenas uma maneira de manter a espiritualidade, mas também funcionavam como uma forma de resistência social e cultural. Sidney Chalhoub, em sua obra *"Visões da liberdade"* (1999), analisa como a religião e as práticas culturais foram estratégias de resistência no Brasil escravista. No Piauí, como em outras regiões, as práticas religiosas afro-brasileiras representaram não apenas uma resistência ao domínio dos senhores, mas também um meio de fortalecimento da identidade negra. A resistência, assim, não se limitava ao campo físico, mas incluía também a manutenção de uma cultura própria, que era constantemente ameaçada pela tentativa de assimilação forçada.

No Piauí, como em outras regiões do Brasil, a resistência também se manifestava por meio do recurso à justiça. Muitos escravizados, especialmente aqueles que eram libertos ou tentavam conquistar sua liberdade, recorriam ao sistema judiciário para denunciar abusos e buscar garantias legais. O caso de Luiz Mandy, por exemplo, apresentado por COSTA (2009) ilustra a forma como alguns escravizados, mesmo em um contexto de repressão severa, utilizaram as brechas legais para contestar a escravidão e lutar pela liberdade. Essa resistência judicial, embora limitada e muitas vezes ineficaz, ainda assim representa uma estratégia de contestação ao poder dos senhores e à própria estrutura da escravidão. No Piauí, muitos lutaram na justiça para afirmar sua liberdade, demonstrando que, embora as instituições de poder estivessem profundamente alinhadas com a escravidão, ainda havia possibilidades de resistência por meio do sistema legal.

As resistências escravas no Piauí, embora poucas estudadas e menos visíveis do que em outras regiões do Brasil, foram parte de um movimento maior de contestação à escravidão. De acordo com a historiografia, as formas de resistência no Piauí se conectam diretamente às dinâmicas mais amplas de resistência em todo o país, onde as estratégias dos escravizados incluíam fugas, resistências culturais e religiosas, e, em alguns casos, ações legais. Esses movimentos de resistência, muitas vezes silenciosos, mas profundamente significativos, não apenas desafiaram a estrutura escravista, mas também preservaram elementos vitais da cultura e da identidade dos escravizados, contribuindo para o fortalecimento de uma memória coletiva de luta e sobrevivência.

A historiografia piauiense sobre a escravidão tem avançado significativamente, trazendo novas perspectivas e abordagens para o estudo do tema, esses estudos mostram que, embora a escravidão no Piauí tenha tido características próprias, ela foi uma

instituição central na organização da sociedade local, com impactos profundos na economia, na cultura e na formação identitária do estado, a análise dessas relações escravistas permite não apenas compreender melhor o passado piauiense, mas também refletir sobre as heranças desse período na sociedade contemporânea.

3. A NOVA HISTORIOGRAFIA E A VISÃO DO MUNDO URBANO

Sabe-se que, o Brasil e principalmente a região Nordeste, foi ocupada pelos portugueses em busca de proveito econômico e segundo Mendes (2011), o produto mais lucrativo no período era a cana-de-açúcar, mas não o único. Havia também outras atividades econômicas necessárias para a subsistência da população como a criação de gado, a produção de farinha de mandioca, o beneficiamento da carne seca e a pesca. Vale salientar que as atividades de subsistência, conforme Gândavo (1980), dadas as suas devidas proporções, também eram bastante lucrativas. Mas o fato é que isso significava que a economia e, conseqüentemente os primeiros núcleos populacionais, eram essencialmente rurais. A Capitania de São José do Piauí seguia essa mesma lógica, destacando-se com sua economia baseada na pecuária extensiva, na produção agrícola e na exploração do trabalho escravizado (CABRAL, 2020).

É necessário salientar que com o intuito de proteger o território brasileiro contra investidas estrangeiras, Portugal acelerou o processo de colonização, estabelecendo núcleos administrativos e defensivos sertão a dentro. A criação das primeiras vilas foi essencial para consolidar a ocupação e garantir controle sobre a terra, permitindo o desenvolvimento da economia e da sociedade colonial. O estabelecimento de vilas, parte do processo urbanizador, serviu como centros estratégicos de organização política e econômica, fortalecendo a presença portuguesa (MENEZES; PEREIRA; MENDES, 2020) e, segundo Brandão (1995), estendia o alcance da justiça e do poder da Coroa Portuguesa às regiões mais remotas.

No Piauí colonial, embora a criação de vilas e a elevação de Oeiras a capital tenham estabelecido a estrutura político-administrativa, a maior parte da população, tanto livre quanto escravizada, permanecia nas áreas rurais, conforme Nunes (1975). As vilas e cidades, por sua vez, apresentavam condições de vida precárias. O impacto da pecuária, que dispersava as pessoas e recursos, limitava o desenvolvimento do comércio urbano. Esses centros urbanos abrigavam, em grande parte, uma população improdutiva, que

incluía o corpo administrativo, militar, eclesiástico e as pessoas escravizadas (ANDRADE, 2016).

No fim do século XIII cada vez mais crescia o consenso sobre a necessidade de transferir a capital da Província do Piauí para uma localidade mais estratégica, idealmente próxima ao Rio Parnaíba, objetivava-se com isso otimizar o trânsito de pessoas e mercadorias, além de fortalecer a comunicação da região com o restante do Império (SOUZA, 2024). Chaves (1998) corrobora a afirmação acima afirmando que as estradas precárias e a falta de rios navegáveis dificultavam o transporte e a comercialização de produtos, isolando administrativamente e economicamente o Piauí, que dependia do Maranhão e da Bahia e tudo isso tornava a situação financeira frágil e ainda prejudicava a administração do Piauí.

Dado o cenário descrito e após intensos debates sobre a localização mais adequada ocorreu a transferência da capital de Oeiras, um processo conduzido, pelo presidente da província do Piauí, José Antônio Saraiva, que findou em agosto de 1852 com o deslocamento do Governo Provincial para a Vila Nova do Poti, passando a ser denominada Teresina (MOREIRA, 2016).

A cidade de Teresina, primeira cidade capital planejada utilizou-se de um grande número de escravizados devido a necessidade da mão de obra de baixo custo para a construção dos primeiros prédios (NUNES, 1975). Alguns desses cativos vieram transferidos das fazendas nacionais, pois eram ministrados pela coroa, segundo Andrade (2016), a decisão de empregar principalmente mão de obra escravizada estava ligada à busca por redução de custos. Segundo a mesma autora, José Antônio Saraiva sugeriu que apenas os cativos das fazendas governamentais fossem utilizados como serventes. Segundo Moreira (2016) os cativos trabalharam em diversos setores na construção de Teresina como no carregamento dos materiais para a construção, na construção de galpões, mas sendo restrito a eles “autonomia e poder de decisão” (p.63). Em 1860, enquanto a capital do Piauí estava em fase de estruturação, a província enfrentava uma crise econômica sendo necessário paralisar as obras públicas. Segundo Carvalho (2013), para reduzir despesas, considerou-se necessário aumentar o número de pessoas escravizadas.

No século XIX, a escravidão urbana em Teresina acompanhou a transformação da cidade, pois segundo Silva (2016), na zona urbana, os escravos desempenhavam diversas funções como pedreiros, carpinteiros, roceiros e domésticos, servindo como mão de obra essencial para seus senhores, ou seja, nesse novo contexto havia uma maior

diversidade de atividades e dinâmicas e também de interação entre cativos, libertos e a população livre. É crucial destacar que a chegada da Irmandade de São Benedito à capitania do Piauí também foi um fator determinante para a formação da sociedade urbana em Teresina, pois desempenharam um papel fulcral na organização social, cultural e até mesmo econômica. Segundo Mattoso (1982), as Irmandades atuavam como elementos de coesão social e reguladores de comportamentos e relações sociais. Elas eram espaços importantes para a prática da fé, onde se promovia a submissão, a obediência e a conformidade com as desigualdades da sociedade escravocrata. Sousa (2019, p.5) corrobora esse entendimento descrevendo que ao analisar o “Compromisso da Irmandade de São Benedito em Teresina, foi possível resgatar esses espaços, algumas vivências culturais e identitárias dos negros, e interpretar as sociabilidades dos escravizados nessa irmandade”.

Para preservar a ordem social e suprir as necessidades dos mais pobres e das pessoas escravizadas na cidade, Andrade (2020) ressaltou a importância da construção da igreja de São Benedito. Segundo Moreira (2016), a obra, projetada e executada pelo Frei Serafim de Catânia, arquiteto levou doze anos para ser concluída e foi erguida com recursos provenientes de doações do governo e da população de Teresina, sendo que os mais pobres e os escravizados tiveram um papel fundamental no processo. Segundo o Relatório de atividades legislativas de 2024 da Câmara Municipal de Teresina, os escravizados participaram ativamente da construção com a sua mão de obra e realizando trabalhos como o transporte de materiais e de água do Rio Parnaíba para a obra. Teresina enfrentou dificuldades que retardaram a conclusão da igreja, como a epidemia de varíola em 1875, que causou 500 mortes, e a severa seca de 1877. Apesar desses obstáculos, a obra foi finalizada e consagrada em 3 de junho de 1886, em uma cerimônia presidida por Dom Antônio Cândido de Alvarenga, então bispo do Maranhão (ANDRADE 2020).

O Recenseamento Geral do Império de 1872 revela que, na segunda metade do século XIX, a significativa presença de 3.073 escravizados em Teresina em relação aos 18.619 indivíduos livres impulsionou o crescimento urbano da cidade (CHAVES, 1998). Isso também trouxe consigo um forte aparato de controle por parte das elites locais, que se preocupavam com a ordem e a segurança pública, ao permitir que os cativos circulassem livremente pelas ruas e se misturassem com a população livre, gerando receios entre os grupos dominantes, que viam na autonomia dos escravizados um potencial risco à estrutura social escravista, esse temor se refletia na constante vigilância

policial e na tentativa de disciplinar as manifestações culturais e formas de sociabilidades (CELESTINO, 2008).

Um dos principais focos de resistência e identidade dos escravizados e libertos era a música e os batuques, que serviam tanto como forma de lazer quanto de reafirmação cultural, os batuques, porém, eram frequentemente reprimidos pelas autoridades, que os associavam à desordem e à insubordinação, a polícia de Teresina exercia um papel fundamental na manutenção da hierarquia social e no controle da população negra, impondo restrições à circulação de escravizados durante a noite e coibindo reuniões que pudessem representar uma ameaça à ordem estabelecida (SILVA, 2008).

Assim, a escravidão urbana em Teresina não se limitava apenas à exploração do trabalho, mas envolvia uma complexa rede de relações sociais, negociações e resistências. Os negros escravizados e libertos construíram espaços de sociabilidade, organizaram estratégias de sobrevivência e deixaram sua marca na cultura da cidade, mesmo diante das tentativas de apagamento e repressão por parte das autoridades. A história da escravidão urbana em Teresina revela, portanto, não apenas a opressão imposta pelo sistema escravista, mas também a capacidade de resistência e adaptação dos negros que viviam na capital piauiense no século XIX (SOUSA, 2021).

Este capítulo aborda a escravidão urbana no Piauí sob a ótica da nova historiografia. Essa perspectiva foca na capacidade de ação e no papel ativo das pessoas escravizadas, investigando suas diversas formas de resistência, suas estratégias de negociação, a formação de laços familiares e comunitários, e como mantinham e recriavam suas culturas de origem africana e afro-brasileira. Adolfo (2017) corrobora essa visão, afirmando que a nova historiografia buscou reconhecer as pessoas escravizadas como sujeitos históricos. Isso implica aprofundar-se nas dimensões culturais que moldaram a individualidade e o senso de identidade desses indivíduos.

Com base nessa nova visão historiográfica, este trabalho optou por dialogar sobre a escravidão urbana utilizando-se da contribuição dos autores Talyta Marjorie Sousa e Mairton Celestino Silva, pelo fato de que suas pesquisas são específicas e significativas com relação a historiografia piauiense e reconhecidas pela relevância e pela abordagem inovadora, permitindo uma análise aprofundada sobre o tema. Além disso suas pesquisas têm por objetivo, de maneira geral, desnaturalizar a escravidão, evidenciando sua imposição violenta, examinar as relações de poder, destacando sua brutalidade, analisar as dimensões culturais, explorando a construção da subjetividade dos escravizados.

Talyta atualmente leciona como Professora Adjunta de História na Universidade Federal do Piauí (UFPI), no Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC/CPCE). Sua carreira acadêmica reflete um compromisso constante em aprofundar os estudos sobre a história da população negra no Piauí, com foco particular em seus aspectos sociais e culturais, o que enriquece a historiografia com uma visão mais complexa e atenta ao protagonismo dos indivíduos. Ela investiga o cotidiano de pessoas escravizadas e libertas em Teresina, usando registros eclesiásticos para analisar suas condições de saúde e relações sociais. Seu trabalho detalha a experiência dos negros na cidade no século XIX, mostrando as continuidades e mudanças em suas vidas. Devido a isso o texto base de Talyta utilizado foi Filhos do sol do Equador: experiências cotidianas de trabalhadores negros na sociedade teresinense no final do século XIX de 2022, que apresenta toda a trajetória e evolução dos escravizados urbanos em Teresina.

Mairton é Professor Adjunto no Departamento de História da Universidade Federal do Piauí (UFPI), atuando no Campus do Junco, em Picos. Ele também é membro de núcleos de pesquisa como o NUPEDOCH (Núcleo de Pesquisa e Documentação em História) e o IFARADA (Núcleo de Pesquisa em Africanidades e Afrodescendência), ambos ligados ao Departamento de História da UFPI. Ele explora a cultura e as práticas sociais dos escravizados em Teresina, com foco na resistência, religiosidade e interação com as autoridades. A pesquisa dele oferece uma visão ampla de como a escravidão se manifestava nos espaços urbanos do Piauí. Ambos os autores utilizam fontes primárias específicas do Piauí, como relatórios governamentais, registros de batismo e óbito, documentos policiais, jornais e registros de irmandades. Essa dedicação a fontes locais permite uma análise aprofundada das particularidades da escravidão urbana piauiense, evitando generalizações. Devido a isso a sua obra base a ser analisada nesse capítulo foi Batuque na Rua dos Negros: cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX que apresenta as dinâmicas sociais e culturais da população negra urbana, pois este estudo, examina a vida de africanos e afrodescendentes, tanto escravizados quanto libertos, na Teresina do século XIX e busca compreender sua inserção e suas interações com a sociedade escravista da época. Além disso, o trabalho investiga como a polícia de Teresina do período agia para controlar e reprimir as manifestações culturais negras.

3.1 - TALYTA SOUSA: AS VIVÊNCIAS URBANAS E A SUBJETIVIDADE NEGRA EM TERESINA

Na obra de Sousa (2022), a autora descreve que, no início da colonização piauiense, a mão de obra escrava era composta por três grupos: indígenas, negros e mulatos. Brandão (1999) explica que os indígenas eram empregados na economia extrativista e na exploração inicial do território, atuando como guias e cultivando alimentos nos acampamentos para subsistência. É importante notar o papel dos jesuítas no Piauí, especialmente em relação às fazendas sob sua administração. Conforme Lima (2016), Domingos Afonso Sertão, que estabeleceu inúmeras fazendas de gado e impulsionou a pecuária na região, legou suas propriedades aos jesuítas após sua morte. Estes, por sua vez, utilizavam o trabalho de cerca de 700 escravizados, entre negros e indígenas "domesticados", mas com a expulsão dos religiosos do Brasil na década de 1770, a posse da terra passou para as mãos de militares portugueses ou mestiços nascidos no Brasil. Essa mudança intensificou os conflitos nas fazendas entre os novos administradores e os trabalhadores escravizados e agregados (SILVA, 2017). Esse fato trouxe como consequência o desaparecimento dos registros oficiais de indígenas escravizados e impulsionou a substituição da mão de obra indígena pela africana. Os escravizados africanos foram então trazidos não só para o gado e a produção de charque, mas também para desenvolver o cultivo de algodão, fumo e arroz, culturas essenciais para a subsistência local (FALCI, 1995).

Com o crescimento populacional ocorrido na capitania, principalmente na segunda metade do século XVIII, houve uma mudança na conformação dessa população, sendo a média de habitantes por residência na área urbana era de 4,2 pessoas e nesse contexto, os escravizados compunham cerca de 1,6 indivíduos por domicílio, sendo sua atuação majoritariamente voltada para o trabalho doméstico e na zona rural, continuava a se concentrar a maior parte da população e também o maior número de escravizados (SOUSA, 2022).

Após a mudança da capital, a população da Vila Poti saltou de 49 habitantes em 1851 para aproximadamente 21.692 em Teresina até 1870, abrangendo tanto pessoas livres quanto escravizadas (CHAVES, 1998). Conforme Sousa (2022), entre 1877 e 1879, o número de moradores da capital piauiense cresceu ainda mais. Isso ocorreu devido à seca que devastou o Nordeste brasileiro, resultando na migração de cerca de 135 homens, mulheres e crianças para Teresina em busca de trabalho ou subsistência por meio da mendicância.

Talyta descreve na obra em questão que buscou, através de documento oficiais, reparar a escassa biografia acerca da escravidão urbana no Piauí. Os registros das igrejas

foram cruciais para se realizar uma historiografia demográfica, pois desde 1707 no Brasil era obrigatório o registro de batismo, casamento e óbito nos registros paroquiais. Em Teresina estes arquivos estão disponíveis no Arquivo Público do Estado do Piauí e no Arquivo da Casa Paroquial da Igreja de Nossa Senhora das Dores. É importante ressaltar que o batismo se tornou uma prática comum entre todos os teresinenses, mas para os escravizados, ele tinha um significado adicional. Além de ser uma forma de adesão à fé católica, era visto como um instrumento de proteção e ajuda. Por meio do compadrio, eles nutriam a esperança de conseguir a alforria, embora essa libertação raramente se concretizasse. Falci (1995) acrescenta a esse assunto que essa aproximação entre os homens livres e escravizados, expressa na cerimônia, evidenciava uma unidade notável, algo geralmente evitado em uma sociedade escravista. No entanto, a historiadora apresenta essa situação como um indicativo de um sistema escravista brando e benevolente, onde os senhores protegiam e auxiliavam os escravizados em um ambiente de harmonia, mas a estrutura fundamental da sociedade escravista se mantinha. Mesmo com a existência de práticas como o compadrio, a participação em irmandades as relações de poder eram intrinsecamente desiguais, baseadas na violência, na hierarquia racial e na propriedade sobre o outro. Portanto, as dinâmicas sociais descritas eram estratégias de sobrevivência e agência dentro dos limites impostos pela escravidão, e não elementos que desmantelavam a ordem social estabelecida. A estrutura escravista permanecia intacta, garantindo a perpetuação da exploração e da subordinação.

Os casamentos, segundo os registros da igreja, não eram tão comuns quanto o batismo, em seu levantamento, Sousa (2022) observou que houveram apenas 36 casamentos entre escravizados entre os anos de 1853 – 1866. Porém, houveram 44 registros de casamento entre escravizados e pessoas livres, sendo 30 entre homens escravizados e mulheres livres, 6 casamentos entre homens livres e mulheres escravizadas, e apenas 1 entre um homem liberto e uma mulher escrava. Esses dados apontam para uma dinâmica social complexa e surpreendente na Teresina da época, onde a busca por laços conjugais cruzava as fronteiras da escravidão, especialmente por parte dos homens cativos que se uniam a mulheres livres. Já com relação aos óbitos, a autora pode observar nos registros paroquiais e da Santa Casa de Misericórdia que entre as décadas de 1850 e 1880 e observou que as crianças escravizadas eram as maiores vítimas de mortalidade, e que mulheres negras escravizadas morriam mais que os homens. Isso evidencia a extrema vulnerabilidade da infância escravizada, mesmo no ambiente urbano.

Em diálogo com a nova historiografia da escravidão, que valoriza fontes antes consideradas periféricas, como livros paroquiais, a autora demonstra que a mortalidade infantil entre filhos de escravas reflete não apenas a negligência institucional, mas também a sobrecarga física, a carência alimentar e a ausência de cuidados básicos. As causas mais comuns de óbito — doenças respiratórias, parasitárias e venéreas — revelam um cotidiano de sofrimento naturalizado, no qual a precariedade da saúde dos escravizados era invisibilizada por diagnósticos vagos ou genéricos. Nesse sentido, a morte se torna fonte para compreender a vida: as práticas médicas, religiosas e familiares em torno dos óbitos revelam relações de poder, abandono e estratégias de sobrevivência. Assim, o que os registros silenciosos da morte denunciam é a permanência da violência estrutural sobre os corpos negros, desmentindo discursos de uma escravidão “branda” no Piauí, defendida por Nunes (1975), e reforçando a necessidade de repensar a atuação da população negra como sujeitos ativos, mesmo diante do aniquilamento simbólico promovido pela escravidão.

A seção do artigo analisado, dedicada ao trabalho e ao lazer dos negros em Teresina revela que, mais do que espaços distintos, essas duas dimensões da vida cotidiana dos escravizados e libertos estavam profundamente entrelaçadas como estratégias de sobrevivência e afirmação identitária. Os trabalhadores negros atuavam em ofícios diversos — como carpinteiros, sapateiros, ferreiros, lavadeiras e barbeiros — e, ao circularem livremente pela cidade, especialmente os escravos de aluguel ou ao ganho, encontravam oportunidades de acumular recursos, ampliar suas redes de apoio e, por vezes, alcançar a liberdade. Essa perspectiva de Talyta Sousa foi confirmada por Silva (2008), que acrescenta que os escravizados também aproveitavam essas brechas para folgar e se divertir. Nesse ambiente urbano, o trabalho ia além de uma simples imposição; era um meio de reinvenção social. Sousa (2011) em seu artigo que falava especificamente da relação entre o trabalho e o lazer, e afirmou que aproveitando as poucas brechas em suas jornadas os negros passeavam e frequentavam bares e praças, ressignificando o espaço urbano. Nesse contexto, o lazer não era uma fuga do trabalho, mas uma extensão dele e uma forma de resistência e construção política. Nos locais de trabalho, desenvolviam-se laços dinâmicos de convivência. O lazer, por sua vez, era o território onde sentimentos podiam ser expressos e tradições próprias de um povo eram cultivadas, um povo que, apesar das imensas dificuldades, buscava melhores condições de vida. Assim, a busca pela liberdade e a politização do cotidiano desses sujeitos históricos

tornaram-se um tecido de práticas e significados que, em sua interrelação com o trabalho, contribuíram fundamentalmente para a formação e identidade da urbe teresinense.

O lazer em si, cumpria papel central na construção de sociabilidades e da identidade negra. Festas religiosas, batuques, congadas e as atividades das irmandades, como a de São Benedito, eram momentos de intensa participação e visibilidade da população negra. Tais manifestações culturais eram, ao mesmo tempo, espaços de devoção, resistência e transgressão simbólica da ordem escravista. As ruas, que serviam ao trabalho diurno, tornavam-se à noite cenários de celebração e encontro, demonstrando como os sujeitos negros se apropriavam criativamente do espaço urbano. A autora, ao utilizar fontes como inventários, processos-crime e códigos de postura, articula essas práticas com a repressão exercida pelo poder público, revelando um cotidiano marcado por vigilância, mas também por brechas e formas sutis de resistência. Dessa forma, o trabalho e o lazer são apresentados como dimensões complementares na luta dos negros por dignidade, pertencimento e liberdade na Teresina oitocentista.

Na seção dedicada às festividades negras, Talyta Sousa evidencia como as celebrações organizadas por escravizados e libertos, especialmente por meio da Irmandade do Glorioso São Benedito, constituíam espaços centrais de sociabilidade, resistência e afirmação identitária para a população negra teresinense no século XIX. As festas religiosas, marcadas por danças, batuques, comidas e ritos coletivos, extrapolavam o campo estritamente devocional e se afirmavam como momentos de intensa valorização da cultura afrodescendente. Em um contexto urbano ainda marcado pela vigilância e pelo racismo estrutural (SILVA, 2008), tais festividades permitiam que homens e mulheres negros ocupassem o espaço público de forma visível e ativa, invertendo temporariamente a lógica da exclusão cotidiana.

Além dos eventos religiosos Chaves (1998) descreve outras formas de lazer como os batuques, eventos frequentes, especialmente aos sábados, reunindo pessoas mais velhas e praticantes de saberes mágico-religiosos, como os mandigueiros. Essas celebrações se organizavam em torno da música e da dança, fortalecendo vínculos comunitários e preservando elementos de ancestralidade africana. Segundo Andrade (2020) além das festividades organizadas, o lazer também se manifestava de forma espontânea e cotidiana. Homens sem ocupação fixa se reuniam em praças da cidade, compartilhando conversas e cachimbos de barro enquanto esperavam por algum serviço que lhes garantisse o sustento do dia. Já as mulheres negras, muitas vezes ocupadas com múltiplas funções – como costureiras, doceiras ou lavadeiras –, encontravam respiros de

descanso no cantarolar durante o trabalho, em pequenas conversas entre vizinhas ou nas pausas com cachimbo à mão. Essas práticas revelam como o lazer era integrado à própria dinâmica do cotidiano, funcionando como estratégia de alívio, convivência e resistência frente à dura realidade social da época.

A historiografia, especialmente na contribuição de Costa (2014a) tem demonstrado que tais manifestações culturais não apenas rompiam, ainda que temporariamente, com as hierarquias raciais e sociais impostas, mas também serviam como forma de organização interna e visibilidade dos sujeitos negros bem como representava uma forma de resistência e luta pela sobrevivência. Ela ainda descreve a sociedade piauiense do final do século XIX como intensamente conflituosa, com um cotidiano marcado por relações tensas e profunda injustiça social e argumenta que o sistema de dominação utilizava tanto a força quanto outros mecanismos de controle. Ela ainda enfatiza que a extrema precariedade das condições de vida dos escravizados no Piauí, especialmente em relação à vestuário e alimentação, era a principal causa de roubos e furtos praticados por eles, ou seja, sua obra traça o perfil da população escravizada na província e explora diversas formas de resistência, que iam desde fugas e homicídios até o suicídio, refutando a ideia de uma escravidão branda em terras piauienses.

A última seção do trabalho de Talyta propôs uma reflexão sobre a liberdade como um processo histórico fragmentado e construído em múltiplas frentes pelos próprios sujeitos escravizados em Teresina. Longe de se restringir ao marco legal da Lei Áurea de 1888, a autora revela, por meio da análise de fontes diversas — como livros de notas, testamentos, jornais e documentos judiciais —, que a conquista da alforria foi o resultado de estratégias cotidianas e negociações complexas, muitas vezes envolvendo redes de apoio familiares, religiosas e comunitárias. A liberdade podia ser comprada, concedida por gratidão ou testamento, ou ainda intermediada por ações coletivas como as promovidas por sociedades emancipatórias. As legislações abolicionistas — como a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885) — são discutidas a partir de seus efeitos práticos e contraditórios, revelando que, mesmo quando livres juridicamente, muitos negros permaneciam submetidos a formas sutis de dominação, exclusão e vigilância. Ao propor o conceito de “cartografia da liberdade”, a autora enfatizou que a liberdade negra em Teresina não foi um destino concedido pelo Estado, mas um percurso trilhado com esforço, tensão e resistência, frequentemente marcado por limites materiais e simbólicos. Dessa forma, a obra contribui para o debate historiográfico ao recuperar a agência dos sujeitos escravizados e mostrar como a liberdade, no contexto urbano

piauiense, foi conquistada passo a passo, e não dada gratuitamente pela história oficial. Dialogando com Sidney Chalhoub (1990), Talyta propõe que a liberdade no Brasil imperial não pode ser vista como um ponto final garantido, mas como um campo de disputa permanente, no qual os sujeitos negros atuavam com agências múltiplas, mesmo diante das limitações impostas pelo ordenamento jurídico e pelos interesses senhoriais.

Costa (2014b) em seu artigo intitulado “Além da liberdade: práticas de reescravização de libertos e pessoas livres no Piauí. 1850-1888” amplia significativamente a compreensão sobre a fragilidade da liberdade conquistada pelos ex-escravizados no Piauí oitocentista, ao demonstrar que a alforria, embora legalmente reconhecida, não era garantia de autonomia plena. Por meio do conceito de “reescravização”, desenvolvido por Keila Grinberg, a autora evidencia que libertos eram frequentemente submetidos a práticas de violência simbólica, jurídica e física, sobretudo após a morte dos senhores, quando herdeiros ou outros interessados reivindicavam sua posse. Os casos documentados pela autora — como os de Simão, Joana, Luiz e Luzia — revelam que muitos ex-escravizados continuaram sendo explorados, vendidos ou coagidos a permanecer sob tutela de antigos senhores, mesmo portando cartas de alforria. Nesse cenário, a alforria funcionava não apenas como reconhecimento legal da liberdade, mas como um instrumento ambíguo de controle senhorial, frequentemente condicionado à submissão e ao “bom comportamento” do ex-cativo. A autora reforça, assim, a leitura de que a liberdade no Brasil imperial não pode ser analisada como um marco definitivo ou linear, mas como um processo permeado por disputas, manipulações e resistências. Sua contribuição é essencial para a historiografia da escravidão no Piauí, pois revela como o sistema escravista prolongava sua lógica de dominação mesmo nas brechas legais que supostamente favoreciam os libertos.

A análise da escravidão urbana em Teresina baseada na obra “Filhos do sol do equador” revela que a experiência dos sujeitos escravizados e libertos foi marcada por uma complexa tessitura de relações sociais, afetivas, jurídicas e simbólicas, que extrapolam a mera condição de propriedade. Ao ocupar as ruas, os mercados, as praças, os quintais e as casas como trabalhadores, devotos, músicos, artesãos ou litigantes, os negros teresinenses imprimiram sua presença na cidade e construíram formas próprias de existência e pertencimento. A subjetividade desses indivíduos — marcada por afetos, escolhas, estratégias e expectativas — emergiu no entrelaçamento entre o trabalho e o lazer, a opressão e a resistência, o silêncio e a agência. A alforria, longe de representar a liberdade plena, expunha a vulnerabilidade de uma cidadania negada, sendo

constantemente ameaçada pela reescravização, pela vigilância institucional e pela desigualdade social. Contudo, mesmo nesse cenário adverso, os sujeitos negros não se limitaram ao papel de vítimas: reinventaram-se em meio à dominação, lançando mão de táticas cotidianas que afirmavam sua dignidade, sua memória e seus vínculos comunitários. Com isso, a escravidão urbana em Teresina deve ser compreendida não apenas como um sistema econômico e jurídico, mas como uma experiência vivida e disputada em sua dimensão subjetiva, em que liberdade, identidade e resistência foram articuladas de forma profunda e muitas vezes invisível nos registros oficiais.

3.2 CULTURA NEGRA SOB VIGILÂNCIA: A ESCRAVIDÃO URBANA EM TERESINA NA LEITURA DE MAIRTON CELESTINO DA SILVA

Assim como o trabalho de Talyta, discutido na seção anterior, a dissertação de Mairton Celestino da Silva contribui significativamente para entender a escravidão urbana em Teresina. Ambos os trabalhos vão além da mera exploração econômica, revelando as dimensões culturais, simbólicas e subjetivas da experiência escravizada na cidade. Ambos os autores compartilham o esforço historiográfico de romper com as interpretações tradicionais que minimizaram a violência da escravidão no Piauí, denunciando a permanência de práticas repressivas, a vigilância cotidiana sobre os corpos negros e a resistência expressa em práticas culturais e estratégias de sobrevivência.

Enquanto Talyta Sousa enfatiza a presença dos negros na construção da cidade, suas redes de sociabilidade, os caminhos da liberdade e a afirmação identitária por meio do trabalho, da festa e da fé, Mairton Celestino concentra-se nas tensões entre cultura popular negra e repressão policial, com especial atenção para os batuques e as festividades realizadas nos subúrbios da capital. O que une essas abordagens é a concepção da cidade como espaço de conflito e negociação, onde os sujeitos negros — escravizados ou libertos — não apenas foram vítimas da opressão, mas também protagonistas de formas cotidianas de resistência e criação cultural.

Para Silva (2008) após a transferência da capital para Teresina em 1852, a cidade passou por um processo de urbanização que demandou mão de obra escrava para a construção civil, os serviços domésticos e os pequenos comércios, integrando os cativos à dinâmica urbana de forma visível e multifuncional. Nesse cenário, Mairton destaca que os escravizados não estavam confinados apenas ao trabalho produtivo, mas também

inseridos em redes comunitárias, religiosas e culturais, sobretudo nos bairros populares. Ele rejeita a ideia de uma escravidão urbana mais branda ou tolerante, baseado na ideia de que, mesmo nas cidades, os negros eram alvos constantes de controle, vigilância e punições. A cidade, portanto, não era apenas o local da opressão legal e institucional, mas também o palco onde os sujeitos negros reinventavam suas existências e desafiavam cotidianamente os limites impostos pela ordem escravista.

Silva (2016, p.12) afirma que Mairton se baseia na corrente historiográfica que:

(...) sem negar a violência e a resistência ao sistema escravista, interpreta o escravizado como um ser social disposto à conciliação e ao acomodamento. Repensa o conceito de violência do sistema escravista, admite a resistência como espaço de negociação por um cotidiano mais brando e enxerga um senhor às vezes amigo e complacente para com seu escravizado. Neste ambiente, o escravo ia lançando mão de estratégias para sobreviver, ora curvando-se aos ditames do senhor, ora a eles resistindo.

Ou seja, em suas análises, Mairton destaca que os escravizados buscavam maneiras de suavizar sua condição, seja por meio de acordos com os senhores, seja aproveitando os espaços e os ritmos do trabalho urbano para se engajar em redes de sociabilidade, circular pela cidade ou até cultivar pequenas formas de autonomia. Embora reconheça os mecanismos repressivos presentes no período, o autor enfatiza que o controle sobre os escravizados se dava frequentemente por meio da mediação e da convivência cotidiana, e que a resistência se expressava, em muitos casos, por caminhos indiretos, negociados e estratégicos.

Uma das especificidades da escravidão urbana em Teresina era o acúmulo de funções por parte dos escravizados, que, além de cumprirem as tarefas designadas por seus senhores — como serviços domésticos, ofícios urbanos ou atividades braçais —, também cultivavam pequenos roçados, seja em regime de posse individual, seja em parcerias. Como aponta Mairton, essa prática era amplamente difundida e funcionava como uma estratégia essencial para complementar a alimentação dos cativos, diante das carências da dieta fornecida pelos senhores. Os roçados, embora inseridos dentro de uma lógica de controle senhorial, também se configuravam como espaços de resistência silenciosa e de reinvenção da existência negra no contexto urbano. A partir desses pequenos terrenos cultivados, os escravizados não apenas buscavam a subsistência, mas também criavam redes de troca, acumulavam pequenos excedentes, e, em alguns casos, conseguiam vender produtos nas feiras locais — o que lhes permitia uma mínima

circulação monetária e a possibilidade de acumular recursos que poderiam ser direcionados, por exemplo, à compra da própria alforria ou à ajuda de familiares.

Silva (2008) afirma que quando se tratava das mulheres escravizadas a situação era mais discriminatória visto que, gênero, raça e condição jurídica se entrelaçavam para produzir formas particulares de dominação e também de resistência. A historiadora Maria Helena Machado destaca que, no Brasil imperial, as mulheres escravizadas eram alvo de um controle ainda mais intenso que os homens, pois os senhores não apenas detinham seu trabalho, mas também exerciam poder direto sobre seus corpos e sua sexualidade. A maternidade, por exemplo, não garantia qualquer proteção: filhos podiam ser vendidos, separados ou reescravizados mesmo após a concessão de alforria (CARDOSO; SAMPAIO, 2017). Sousa (2022), ao analisar registros de óbitos em Teresina, mostra que mulheres escravizadas apareciam com frequência entre as vítimas de doenças, muitas vezes associadas ao abandono, à sobrecarga de trabalho e à precariedade da assistência. Mesmo quando essa mulher conseguia a alforria, sem acesso à educação, sem heranças e ainda estigmatizadas pela sua cor e origem, a prostituição surgia como a única alternativa viável para garantir a própria subsistência, especialmente em uma sociedade que marginalizava o corpo negro feminino e o associava historicamente à disponibilidade sexual.

Celestino (2008) afirmou que quase duas décadas após sua fundação, Teresina, ainda apresentava condições urbanas alarmantemente precárias. Em 1871, a cidade contava com uma população de aproximadamente 18.619 livres e 3.073 escravizados, mas sua infraestrutura era deficiente. Em 1882, as críticas do presidente da Província sobre a precariedade de Teresina evidenciavam o contraste entre o ideal de capital moderna e sua realidade urbana limitada. Ao comparar negativamente a cidade com municípios menores — que, mesmo com recursos escassos, garantiam certa infraestrutura — o relatório sinalizava não apenas a deficiência na iluminação pública, mas também uma negligência mais ampla quanto às necessidades básicas da população.

Diante disso, pode inferir que com a expansão da cidade crescia também a preocupação com a salubridade pública e isso estava intimamente ligado, segundo Silva (2008), a um discurso moralizante e racializado que associava a população negra, sobretudo os escravizados e libertos pobres, à sujeira, à doença e à desordem. A falta de infraestrutura básica — como esgotamento sanitário, abastecimento de água e coleta de lixo — afetava diretamente os bairros populares, onde residia a maior parte da população negra, mas a responsabilidade por essa insalubridade era atribuída a ela mesma,

reforçando estigmas de atraso e incivilidade. Os escravizados eram tratados como focos de contaminação, e suas práticas culturais — como festas, batuques e aglomerações — eram vistas como ameaças à ordem e à saúde pública transformando-os em uma “classe perigosa”, como foi definida por Chalhoub (1988). Corroborando com essa afirmação, Costa (1974) apresentou em seu trabalho que nem mesmo a posição geográfica da cidade, que por ser distante do mar, a tornava menos vulnerável às epidemias que assolavam o Império no século XIX — como a varíola, o cólera, a sífilis e a febre amarela, tornava a realidade menos alarmante. Relatórios médicos da época revelam um cenário urbano marcado pelo abandono e pela insalubridade, pois a cidade enfrentava longas estações chuvosas que deixavam resíduos orgânicos em decomposição espalhados pelas ruas, formando um ambiente propício à proliferação de doenças. Entretanto, o discurso do médico e higienista da época, Dr. Simplício de Souza Mendes, responsabilizava, de forma moralizante e seletiva, os hábitos da população pobre e escravizada pela disseminação das enfermidades, afirmando, “que a sífilis apresentava se como a “cabeça da medusa” de todas as moléstias da Província” (CELESTINO, 2008, p.4).

Nesse contexto, a retórica da salubridade funcionava como justificativa para a repressão policial, para o isolamento espacial dos negros nos subúrbios e para a imposição de normas que limitavam sua circulação e expressão cultural. Ou seja, no imaginário das elites teresinenses, construído e reforçado por autoridades públicas, médicos e juristas, os negros — sobretudo os escravizados e libertos pobres — eram constantemente apontados como os responsáveis pelas principais adversidades da cidade. Como analisa Mairton Celestino da Silva, esse processo de culpabilização racial e social se manifestava de forma recorrente nos discursos sobre salubridade, moralidade e ordem pública. Mesmo diante da ausência de políticas públicas mínimas de saneamento, a insalubridade dos bairros periféricos era atribuída aos “maus hábitos” da população negra, que era estigmatizada como suja, desorganizada e resistente ao progresso.

Acrescenta-se a isso a chegada de retirantes que fugiam das secas e se fixavam em Teresina oriundos do interior do Piauí e de outras províncias do Nordeste. Barboza (2013) em sua análise centrada na gestão do Estado diante das crises provocadas pelas secas, ressalta como as autoridades provinciais e imperiais reagiram ao fluxo migratório com políticas de contenção, vigilância e socorro seletivo. A presença massiva desses grupos, compostos por homens, mulheres e crianças em situação extrema de vulnerabilidade, mobilizou uma resposta governamental centrada no controle da mobilidade e na preservação da ordem urbana, mais do que no acolhimento humanitário.

A atuação do poder público, tanto em nível provincial quanto imperial, voltou-se para impedir saques, evitar aglomerações e monitorar a circulação de retirantes, tratando-os, em muitos casos, como ameaça à segurança e à propriedade privada. Com relação a essa temática, Mairton adota um recorte distinto: seu olhar se volta para o impacto social e cultural da presença desses grupos nas dinâmicas urbanas da capital, evidenciando como a chegada de retirantes — frequentemente negros e pobres — intensificou a repressão policial e acirrou o controle sobre os subúrbios e suas manifestações culturais.

Diante da tentativa de manter a organização e a ordem da cidade planejada, logo após a fundação de Teresina, uma das primeiras ações do Dr. José Antônio Saraiva, então presidente da Província, foi a promulgação do primeiro código disciplinar da nova capital (CELESTINO, 2008). Segundo Andrade (2020, p. 135), “a cidade foi imaginada estrategicamente por seus dirigentes, para um exercício da disciplina de transeuntes no espaço urbano”. Essas normativas tiveram papel fundamental na regulamentação da vida cotidiana das camadas populares, com foco especial na população negra, composta por escravizados e libertos. Como observa Mairton, esses dispositivos não apenas estabeleciam diretrizes de higiene e ordem pública, mas também serviam para restringir e punir práticas culturais afrodescendentes, como batuques, cantorias, festejos populares e reuniões após o anoitecer, pois havia o toque de recolher nos limites da cidade. Embora revestidos de uma aparência de neutralidade administrativa, os códigos de postura operavam como ferramentas de repressão racializada e seletiva, voltadas para manter a ordem social escravista mesmo nos contextos urbanos que começavam a experimentar as tensões do mundo pós-emancipacionista. Ao estudá-los, Mairton revela como a legislação local servia para delimitar quem podia ocupar os espaços públicos e de que forma, reiterando desigualdades e tentando apagar as expressões culturais da população negra.

A instituição policial era o instrumento ativo na vigilância dos corpos escravizados e libertos, regulando sua circulação, comportamento e práticas culturais. A atuação da polícia estava fortemente vinculada aos interesses das elites locais, que buscavam construir uma cidade “civilizada” nos moldes europeus, o que incluía reprimir batuques, festas populares, reuniões noturnas e manifestações religiosas afrodescendentes, vistas como sinais de desordem e atraso. O pensamento da época, corroborado por Challoub (1988), associava a pobreza a vícios, transformando os pobres em potenciais criminosos e, assim, justificando a constante intervenção policial.

Ou seja, a construção da ordem urbana em Teresina no século XIX esteve estreitamente vinculada à presença do Estado, à atuação do aparato policial e à imposição

de um modelo de civilização que refletia os interesses e os valores das elites locais. Nunes (1975), ao tratar do contexto anterior à abolição da escravidão, reproduz o discurso das classes dominantes, destacando o papel dos agentes políticos e da polícia na edificação de uma cidade moldada por princípios morais, religiosos e de ordem. Em sua leitura, o disciplinamento da população e a tentativa de apagar traços culturais dos primeiros habitantes aparecem como parte natural do processo de modernização da capital, numa narrativa que normaliza o projeto de embranquecimento simbólico e físico da cidade.

Em oposição a essa visão idealizada, Andrade (2020) apresenta uma interpretação mais crítica, evidenciando o uso da força policial como instrumento de repressão aos setores populares, especialmente os negros e pobres, cujos comportamentos eram considerados incompatíveis com o modelo de “viver cidadão” almejado pelas elites. Segundo a autora, a presença da polícia nas ruas de Teresina não apenas expressava uma vigilância preventiva, mas frequentemente se traduzia em ações truculentas e abusos de autoridade, legitimadas por um discurso que vinculava ordem urbana à exclusão cultural e racial. A disciplina, nesse contexto, aparece como mecanismo de coerção e adaptação forçada aos moldes sociais impostos por um projeto de cidade que visava o progresso, mas se mantinha distante da realidade concreta vivida por grande parte da população.

É nessa mesma chave crítica que se insere a análise de Mairton Celestino da Silva, embora com maior densidade social e cultural. Para o autor, a repressão policial em Teresina deve ser compreendida dentro de um sistema mais amplo de dominação, em que os códigos de postura e a atuação das forças de segurança funcionavam como instrumentos de racialização do espaço urbano. A perseguição a práticas como os batuques, as festas populares, a circulação noturna e as expressões culturais negras eram parte de um esforço deliberado para “civilizar” a cidade a partir de uma lógica eurocentrada, que excluía e silenciava a presença negra. Ao contrário da leitura funcionalista de Odilon e do foco em abusos pontuais em Andrade, Mairton propõe uma abordagem que vê a repressão como método estruturante do projeto urbano, e não apenas como desvio ou excesso.

Segundo Abreu (1996), as celebrações promovidas por negros em todo o país eram vigiadas de perto pelas autoridades, que temiam que tais encontros se transformassem em arenas de articulação política ou em possíveis conspirações. Essa vigilância não se limitava ao aspecto da segurança, mas revelava um esforço sistemático de desarticular práticas culturais afrodescendentes vistas como incompatíveis com o ideal de civilização urbana. Como mostra Mairton, a polícia utilizava de força e intimidação

para coibir batuques, cantorias e danças, criminalizando a expressão cultural negra sob o pretexto da manutenção da ordem pública. Nesse sentido, a repressão às festas funcionava como parte de um projeto mais amplo de silenciamento e controle da população negra, que associava sua cultura à desordem, à vadiagem e à ameaça à paz social.

Ao tratar das festas promovidas por negros, escravizados e pobres, João José Reis (1989) evidencia o caráter seletivo da repressão, apontando que tais celebrações só eram toleradas quando confinadas a espaços privados e invisíveis ao olhar público. Essa lógica confirmada por Mairton, que mostra como, em Teresina, as manifestações culturais afrodescendentes eram sistematicamente reprimidas quando ocupavam as ruas ou ganhavam visibilidade nos subúrbios, revelando um claro projeto de regulamentação do espaço urbano que visava conter e silenciar as expressões negras fora dos limites impostos pelas elites. A permissividade restrita aos domínios privados, portanto, não refletia respeito à cultura negra, mas sim um mecanismo de controle que buscava torná-la invisível no cotidiano da cidade.

Nesse contexto de repressão seletiva e vigilância constante, os calojs assumem um papel central na dinâmica social e cultural da cidade de Teresina. Como mostra Mairton, esse grupo — formado principalmente por negros pobres, escravizados ou libertos, que habitavam os subúrbios da capital — era associado às práticas culturais afrodescendentes que mais incomodavam a elite urbana. Com seus batuques, cantorias, rezas e saberes tradicionais, os calojs ocupavam os espaços marginais da cidade não apenas como lugar de moradia, mas como território de resistência e afirmação identitária. Sua presença era percebida pelas autoridades como uma ameaça à ordem moral e ao projeto de civilidade, o que resultava na intensificação da repressão policial e no controle sobre seus modos de vida. Ainda assim, os calojs desempenhavam um papel fundamental na sustentação das redes de solidariedade, na transmissão de práticas culturais e na preservação de formas autônomas de sociabilidade negra, desafiando cotidianamente os limites espaciais e simbólicos impostos pelo poder dominante.

É necessário apresentar que em 1988 a escravidão, juridicamente, foi abolida, contudo, tanto Silva (2008) quanto Silva (2016), são exemplos de defensores da ideia de que as estruturas de controle social e racial criadas durante o regime escravista permaneceram ativas na organização urbana de Teresina, especialmente no tratamento dispensado à população negra e pobre. A repressão às festas, a criminalização do “vadio”, o policiamento dos espaços periféricos e a vigilância sobre práticas culturais negras evidenciam que a abolição foi, em grande medida, formal e limitada, mantendo-se intacta

a lógica de exclusão, disciplinamento e invisibilização dos antigos cativos e seus descendentes. Nesse sentido, a cidade não apenas reproduziu as desigualdades herdadas da escravidão, mas continuou a produzi-las por meio de suas instituições, leis e práticas cotidianas, fortalecendo a ideia de que Teresina foi um núcleo ativo — e não periférico — da ordem escravocrata no Norte do Império. Essa permanência, articulada à repressão cultural e à marginalização socioeconômica, revela como o racismo estrutural se enraizou nas fundações urbanas da capital piauiense, tornando-se parte do próprio funcionamento da vida pública após a abolição. Chalhoub (1990), corroborando com os autores citados, demonstrou que, embora o cativeiro tenha sido formalmente encerrado, os mecanismos de exclusão, vigilância e marginalização dos negros continuaram operando sob novas roupagens legais e institucionais. Elementos como a criminalização da pobreza, o controle da mobilidade, a repressão às expressões culturais afro-brasileiras e o impedimento ao acesso à terra e à cidadania demonstram que a ordem escravocrata foi reformulada, não eliminada. No espaço urbano, esse processo se aprofundou: a ideia de civilidade sustentada pelas elites passou a justificar políticas que mantinham a população negra sob constante vigilância, por meio de práticas policiais e códigos de postura que disciplinavam corpos e silenciavam culturas.

A análise da dissertação de Mairton focada na cultura festiva escrava tinha o intuito de não era apenas espaço de lazer ou celebração, mas sobretudo um locus político de resistência, subversão e construção de identidades coletivas negras. Os batuques, os folguedos, os sambas e as práticas dos calojis que cercavam a cidade de Teresina na segunda metade do século XIX revelam uma ação cultural que desafiava silenciosamente a ordem instituída. Longe de ser homogênea ou consensual, essa cultura era marcada por conflitos internos, disputas simbólicas e múltiplas formas de expressão, mas justamente por isso se tornava uma força potente frente ao projeto de civilidade e repressão promovido pelas elites. A festa negra, como aponta João José Reis e reforça Mairton, era entendida como ameaça pela sociedade branca porque rompia os limites impostos à presença negra no espaço urbano. Assim, a atuação cultural dos escravizados e libertos funcionava como instrumento de resistência simbólica, barganha social e afirmação de existência — tornando-se, mais do que manifestação folclórica, um ato político de contestação à exclusão e ao silenciamento racial na Teresina imperial. A abordagem historiográfica de Mairton Celestino da Silva rompe com leituras conciliatórias da escravidão urbana ao demonstrar que, mesmo no contexto citadino, a violência, o controle e a exclusão racial estruturavam as relações sociais em Teresina no século XIX. Ao invés

de mitificar o cotidiano como espaço de harmonia entre senhores e escravizados, Mairton evidencia que a cidade funcionava como território de disputa, onde a presença negra era tolerada apenas sob vigilância e confinamento simbólico. Sua análise não romantiza a resistência, mas a inscreve como parte das contradições vividas por uma população submetida à marginalização institucionalizada. Com isso, sua contribuição desloca o foco do discurso oficial de progresso e civilidade e recoloca os sujeitos negros no centro da história urbana piauiense, revelando os mecanismos que sustentaram, adaptaram e prolongaram a lógica escravista em pleno espaço urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo central apresentar as relações escravistas na província do Piauí, à luz da historiografia local. Ao reunir um conjunto diversificado de análises historiográficas, buscou-se desconstruir as interpretações tradicionais que, por muito tempo, atribuíram à escravidão no Piauí características de suposta “brandura”, “paternalismo” ou até mesmo de “insignificância” econômica e social. A pesquisa revelou, ao contrário, que a escravidão no Piauí foi uma instituição estrutural e sistemática, profundamente enraizada nas práticas cotidianas e nas relações de poder da sociedade provincial.

A partir do diálogo com autores da historiografia clássica, da nova historiografia e outros expoentes da historiografia regional, foi possível perceber que o regime escravista não se limitava aos grandes centros econômicos do Sudeste ou aos engenhos do litoral nordestino. No Piauí, mesmo em um contexto predominantemente rural e pastoril, o cativo se configurava como a base da produção e da reprodução social, articulando-se tanto nas fazendas particulares quanto nas fazendas da Nação.

Os estudos mais recentes também têm evidenciado o papel ativo dos escravizados, que não foram meros objetos da dominação senhorial, mas sujeitos históricos que resistiram, negociaram, fugiram, se reinventaram e até judicializaram sua luta pela liberdade. A tese de Francisca Raquel, por exemplo, mostra que “os cativos não aceitaram passivamente a dominação: usaram os recursos possíveis, legais ou simbólicos, para defender seus corpos e afirmar suas vontades” (RAQUEL, 2022, p. 124). Tais ações confirmam o que a Nova História Social brasileira tem afirmado: a resistência à escravidão foi contínua e multifacetada.

Outro eixo fundamental do trabalho foi a crítica à fragilidade da liberdade no contexto piauiense. Ao estudar casos de reescravização, perdas de cartas de alforria, dependência econômica e manipulação senhorial, ficou claro que a fronteira entre escravidão e liberdade era fluida, tênue e constantemente ameaçada. Esse fenômeno, que também se manifesta em outras regiões do Brasil, como bem discutido por Keila Grinberg (2004) e Sidney Chalhoub (2012), ganha contornos próprios no Piauí.

O estudo das relações sociais no cativeiro piauiense também permitiu identificar nuances importantes, como as distinções entre cativeiro público e privado. Os escravizados das fazendas da Nação, embora formalmente sob jurisdição do Estado, não estavam livres das violências físicas, do controle rígido e da exploração intensa. A promessa da “quarta parte” do rebanho, por exemplo, longe de significar uma forma de inclusão ou recompensa, servia como um instrumento simbólico de contenção da rebeldia e da evasão. Tais mecanismos mostram que a dominação senhorial não se dava apenas pela força, mas também pela manipulação de expectativas e promessas de ascensão ilusórias.

Além disso, a dissertação buscou contribuir para a renovação da historiografia do Piauí ao valorizar as fontes locais e ao integrar essas evidências com o debate historiográfico nacional, nessa tentativa evidenciou-se que a historiografia piauiense, apesar de ainda carecer de maior visibilidade em âmbitos mais amplos, vem sendo construída com rigor e profundidade por autores que têm contribuído para reposicionar o sertão como espaço legítimo de análise histórica sobre o escravismo brasileiro.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa também procurou dar centralidade aos sujeitos escravizados como protagonistas da história, rompendo com a tradição historiográfica que privilegia a ótica do senhor, do Estado ou da legislação.

Dessa forma, pode-se concluir que a escravidão no Piauí deve ser compreendida não como exceção, mas como parte orgânica do sistema escravista nacional. Sua análise nos permite entender melhor a capilaridade da violência, a persistência do autoritarismo social e as diversas formas de resistência. Ao iluminar o cotidiano dos cativos em uma província rural, esta dissertação contribui para uma história mais ampla, descentralizada e plural, reforçando a importância dos estudos regionais como ferramentas para enriquecer a compreensão das estruturas que moldaram — e ainda moldam — a sociedade.

Assim, espera-se que este trabalho não apenas fortaleça o campo da história social da escravidão no Piauí, mas também estimule novos estudos que resgatem as vozes

esquecidas, ampliem o repertório de fontes e contribuam para a formação de uma historiografia comprometida com a crítica, com a memória e com a justiça histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Martha Campos. **O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900.** Tese de Doutorado do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. A historiografia brasileira da escravidão entre os anos 1970 e 1980: Escrita, contexto e instituição. **Fênix-Revista de história e estudos culturais**, v. 14, n. 1, 2017.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí.** Rio de Janeiro: IHGB, 1857.

AMORIM, Erasmo. **Uma história das beiras nas beiras: Parnaíba, a cidade, o rio e a prostituição 1940-1960.** Parnaíba: Sieart, 2013.

ANDRADE, Andréia Rodrigues de. **Entre o sertão e as margens do rio Parnaíba: a transferência da capital e a cidade de Teresina na segunda metade do século XIX.** Dissertação de Mestrado do Curso de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2016.

BARROS, José de Assunção. **Sobre a feitura da micro-história.** OPSIS, Catalão (GO), v. 7, n. 9, jul-dez 2007. p. 169. Disponível em: <http://revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article>.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. Zonas de Contato no Piauí Oitocentista: rotas de retirantes e escravizados. **Vozes, Pretérito & Devir: Revista de história da UESPI**, v. 2, n. 1, p. 309-324, 2013.

BETHELL, Leslie. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1976.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense: família e poder.** Teresina; Fundação Cultural Momenhor Chaves, 1995.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **O escravo na formação social do Piauí.** Teresina: Edufpi, 1999.

CABRAL, Ivana Campelo. O vínculo com a terra e as diferentes categorias de trabalhadores rurais livres no Piauí oitocentista. **Vozes, Pretérito & Devir: Revista de história da UESPI**, v. 11, n. 1, p. 147-167, 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA. **Relatório de atividades legislativas de 2024.** Teresina: Câmara Municipal, 2024. Disponível em:

\<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2463242&filename=pl%203124/2024>. Acesso em: 4 jun. 2025.

CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). **Escravidão e Abolição no Brasil: Novas Perspectivas**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CARDOSO, Débora. **(In) justiça no sertão**. Escravidão, processo crimes e o aparato judicial no Piauí. 1850-1888. Teresina: EDUFPI, 2014.

CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio; SAMPAIO, Maria Clara Carneiro. “Sobre os mundos do trabalho e da escravidão”: entrevista - Maria Helena P. T. Machado. **Revista Canoa do Tempo**, v. 9, n. 1, p. 155-165, 2017.

CARVALHO, Genimar Machado Resende de. **Construtores e aprendizes: cativos da nação e educandos artífices nas obras públicas da construção de Teresina (1850-1873)**. Porto Alegre: FCM, 2013.

CARVALHO, João Renô F. de. **Resistência Indígena no Piauí Colonial (1718-1774)**. Imperatriz- MA: Editora Ética, 2008.

CELESTINO, Mairton. Burlar as normas, zombar da ordem: polícia, escravos e subversão urbana na província do Piauí, 1870-1888. **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**, v. 5, n. 3, p. 1-20, 2008.

CARVALHO, Padre Miguel de. **Dezcrição do Certão do Peauhy** remetida ao Illm.º e Rm.º S.º Frei Francisco de Lima Bispo de Pernam.º. In: ENNES, Ernesto. *As Guerras nos Palmares: subsídios para sua história*. V. 1. Companhia Editora Nacional. SP – RJ Recife – Porto Alegre, 1938.

CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. **Revista Brasileira de História**, v. 8, n. 16, p. 83-105, 1988.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira (Mons.). **Obra completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

CHAVES, Joaquim. **A escravidão no Piauí**. Teresina: Comepi, 1975.

CHAVES, Monsenhor. **Cadernos históricos**. Teresina: FCMC, 1994.

CONRAD, Robert. **Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985. CORRÊA TELLES, José Homem. *Doutrina das Ações*. 5. ed. Rio de Janeiro. Editora: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865.

COSTA, F. A. Pereira. **Cronologia histórica do estado do Piauí: desde os seus tempos**

primitivos até a proclamação da República. Teresina: Artenova, 1974. v. 2.

COSTA E SILVA, Alberto da. Francisco Félix de Souza, **mercador de escravos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Editora da UERJ, 2004.

COSTA FILHO, Alcebíades. **A mulher escrava no Piauí**. Monografia (Graduação em História), Departamento de História, Universidade Federal do Piauí, 1988. mimeo.

_____. **História da mulher escrava no Piauí**. Cadernos de Teresina, p.23-32, ago. 1992.

COSTA, Francisca Raquel da. **Escravidão e conflitos: cotidiano, resistência e controle de escravos no Piauí na segunda metade do século XIX**. Teresina: Edufpi, 2014a.

COSTA, Francisca Raquel da. Além da liberdade: práticas de reescravização de libertos e pessoas livres no Piauí. 1850-1888. **Contraponto**, v. 3, n. 1, p. 8, 2014b.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Cronologia histórica do estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

DIAS, Ana Raquel Costa. **Biografias de Mulheres na História da Educação: Benedicta Stahl Sodré, Branca Alves de Lima e Iracema Furtado Soares de Meireles (Século XX)**. 2023. 391 f. Diss. Tese (Doutorado em Educação) –Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

ESCRAVOS. **A Imprensa**, Teresina, a. XV, n. 635, 5 abr. 1880.

ESPELHO. **Correio da Tarde**, Rio de Janeiro, a. III, n. 122(?), 22 jun. 1857.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1978.

GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX**. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. (orgs.). **Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

_____. **Senhores sem Escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial**. In: Almanck Brasiliense, São Paulo, n.6, 2007.

_____. PEABODY, Sue. **Escravidão e liberdade nas Américas**. Rio de Janeiro. Editora: FGV. 2013.

FALCI, Miridan Brito Knox. **Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

FERRAZ, Lizandra Meyer. **Entradas para a liberdade: formas e frequência da alforria em Campinas no século XIX**. 2010. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2010.

FERREIRA, Roberto Guedes. **Na pia batismal família e compadrio entre escravos na freguesia de São José do Rio de Janeiro** (primeira metade do século XIX). 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2000.

FLORENCE, Afonso B. **Entre o cativo e a emancipação: a liberdade dos africanos livres no Brasil (1818-1864)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

FLORENTINO, Manolo. **Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro**. In: FLORENTINO, Manolo. Tráfico, cativo e liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVII – XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FONER, Eric. **Nada Além da Liberdade. A emancipação e seu legado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FRENCH, John. **As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade: continuidades e rupturas na formação política e social do Brasil moderno**. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (orgs.). Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

FUNES, Eurípedes. **Comunidades remanescentes dos Mocambos do Alto Trombetas**, Comissão Pro-Índio de São Paulo, dezembro de 2000.

_____. **Nasci nas matas, nunca tive senhor: história e memória dos Mocambos do Baixo Amazonas**. 1995. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil: História da Província Santa Cruz**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980.

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. 3. ed. São Paulo: Ática, 1980.

LIMA, Solimar Oliveira. **Fazenda: Pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista (séc. XVII- séc. XIX)**. Teresina: EDUFPI, 2016.

LIMA, Solimar Oliveira. **Braço Forte: Trabalho escravo nas Fazendas da Nação no Piauí – (1822 – 1871)**. Passo Fundo: UPF, 2005.

MACHADO, Maria Helena Toledo. **História da Escravidão no Brasil: Enfoques e Tendências Recentes**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2015.

MATTOS, Maria Helena. **Crime e Escravidão: A História de uma Relação de Poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MENDES, Claudinei Magno Magre. A produção do açúcar e a colonização do nordeste. *In*: MENEZES, Sezinando Luiz; PEREIRA, Lupercio Antonio; MENDES, Claudinei Magno Magre (Org). **A expansão e consolidação da colonização portuguesa na América**. Maringá: EDUEM, 2012.

MOREIRA, Amanda Cavalcante. **Teresina e as moradias da região central da cidade (1852-1952)**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2016.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. Rio de Janeiro: Arte nova, 1975.
REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra em conflito*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Súmula para a história do Piauí*. Teresina: Editora Cultural, 1963;

_____. *Pesquisas para a história do Piauí*. Teresina: Imprensa Oficial, 1996.

PALERMO, Luis Claudio. Disputas no campo da historiografia da escravidão brasileira: perspectivas clássicas e debates atuais. **Dimensões**, n. 39, p. 324-347, 2017.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho; [outros] (orgs.). **O Piauí oitocentista: economia, política, sociedade e cultura**. Teresina: Editora Cancioneiro, 2023.

REIS, João J. *Rebelião escrava no Brasil. A História do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras. 2005.

SILVA, Mairton Celestino da. **Batuque na rua dos negros: cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

SILVA, Rodrigo Caetano. Teresina (Piauí–Brasil), uma capital escravista: relações sociais e trabalho escravo durante a segunda metade do Século XIX. **REVHIST-Revista de História da UEG**, v. 5, n. 1, p. 157-176, 2016.

SILVA, Mairton Celestino. “Não convém negro sem amo”: escravos, índios e jesuítas nas fazendas da Companhia de Jesus na Capitania de São José do Piauí, 1750-1800. **África [s]-Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África**, v. 4, n. 8, p. 32-45, 2017.

SOUSA, Talyta Marjorie Lira. Cantar, lavar, torcer e bater: o ritmo do trabalho e do lazer na vida diária do trabalhador negro teresinense no final do século XIX e início do XX. *In*: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, 2011

SOUSA, Talyta Marjorie Lira. **Filhos do sol do Equador: as vivências e experiências cotidianas de trabalhadores negros na sociedade teresinense no final do século XIX**. 2012. 245 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

SOUSA, Talyta Marjorie Lira. Vozes negras: o processo abolicionista na cidade de Teresina. **Contraponto**, v. 10, n. 1, p. 590-598, 2021.

SOUZA, Priscila Saraiva de Moura. **Em busca de uma cidade moderna:** transformações urbanas e representações de parnaíba em seu almanaque (1924-1941). Tese do Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2024.

VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e escravidão.** Os letrados e a sociedade no Brasil colônia. Petrópolis: Vozes, 1986.